

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026

Processo nº 10034.010991/2025-61

<b>Pregão Eletrônico nº 0005/2026</b> <b>Processo SEI n.º 10034.010991/2025-61</b>			<b>Data de Abertura: 15/06/2026 às 10:00 no sítio</b> <b><a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a></b>			
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de garantia oficial da solução de firewall Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, instalada nas dependências da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, e dos serviços de suporte técnico credenciado, em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.						
<b>Registro de preços?</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>		
Não	Aberto	Não	Sim	Menor Preço		
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>						
<b>Requisitos Básicos:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- SICAF ou documentos equivalentes;</li><li>- Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);</li><li>- Certidão do Portal da Transparência;</li><li>- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST); e</li><li>- Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1.</li></ul>			<b>Requisitos Específicos:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atestado de Capacidade Técnica; e</li><li>- Demais exigências do item 8 do Edital.</li></ul>			
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>						
Até 2 horas após a convocação realizada pelo(a) Pregoeiro(a).						
<b>Pedidos de Esclarecimento</b>			<b>Impugnações</b>			
Até 10/06/2026 para o endereço <a href="mailto:cl@emgea.gov.br">cl@emgea.gov.br</a>			Até 10/06/2026 para o endereço <a href="mailto:cl@emgea.gov.br">cl@emgea.gov.br</a>			
<b>Observações Gerais</b>						
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota ME/EPP?</b>	<b>Amostra?</b>	<b>Decreto 7.174?</b>	<b>Valor Estimado</b>
1	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de garantia oficial da solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, instalada nas dependências da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, e dos serviços de suporte técnico credenciado, em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência – Anexo I.	Não	Não	Não	Sim	Sigiloso (art. 34, Lei 13.303 / 2016)

**Pregão Eletrônico nº 0005/2026**  
**(Processo SEI n.º 10034.010991/2025-61)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea**, mediante Pregoeiro (a), designado (a) pela Portaria SEI nº 94, de 5 de agosto de 2025, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se o rito da modalidade “Pregão” previsto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por força de seu art. 189 c/c o inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303/16, juntamente com a Instruções Normativas SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que disciplina sua forma “Eletrônica”, nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações subsequentes, nº 03, de 26 de abril de 2018, e demais legislações pertinentes, além das exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 15/06/2026.

Horário: 10h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de garantia oficial da solução de *firewall* Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, instalada nas dependências da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, e dos serviços de suporte técnico credenciado, em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência – Anexo I.

**2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Lote	Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	Qtde.
1	1	Serviço de garantia oficial do fabricante para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	1
	2	Serviço mensal de suporte técnico credenciado pelo fabricante, a ser prestado por empresa contratada credenciada e/ou pelo fabricante, para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, em regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	60

- 2.1. A especificação técnica detalhada da solução de firewall está descrita no Anexo I do Termo de Referência.
- 2.2. **O serviço de garantia oficial do fabricante compreende:**
- 2.2.1. Garantia de funcionamento dos equipamentos do tipo appliance (Marca/Modelo: Check Point Quantum Force 9100 Plus), com substituição, por modelo igual ou superior, em caso de defeito, descontinuidade, fim de ciclo de vida determinado pelo fabricante ou falhas que comprometam o funcionamento parcial ou total da solução.
- 2.2.2. Garantia de funcionamento e licenciamento de uso do software de gerenciamento centralizado da solução de firewall e todos os módulos licenciados, incluindo o fornecimento e a instalação de novas versões, atualizações, correções, patches, firmwares e drivers.
- 2.2.3. Fornecimento e manutenção do certificado de garantia oficial do fabricante, conforme exigências contidas no item 16.1.8.11 do Termo de Referência.
- 2.2.4. Realização de upgrades nos equipamentos do tipo appliance durante a vigência contratual, visando manter a solução atualizada, segura e aderente às recomendações do fabricante.
- 2.3. **O serviço de suporte técnico credenciado pelo fabricante, a ser prestado pela contratada e/ou pelo fabricante, compreende:**
- 2.3.1. Manutenção preventiva e corretiva da solução de firewall.
- 2.3.2. Otimização e ajustes nas configurações, como regras de acesso, filtros de segurança, inspeção HTTPS, NAT, balanceamento de links, VPN, QoS, IDS/IPS e demais funcionalidades da solução.
- 2.3.3. Entrega de documentação contendo o planejamento e o plano de ação relativo às intervenções a serem realizadas.
- 2.3.4. Documentação dos serviços executados.
- 2.3.5. Migração dos equipamentos e componentes para outro local nas dependências da Empresa, sempre que necessário e sob demanda da Emgea.
- 2.3.6. Instalação das atualizações de versão do software de gerenciamento da solução.
- 2.3.7. Instalação de novas versões de drivers, firmwares ou outros elementos lógicos para os equipamentos, componentes e peças que compõem a solução.
- 2.3.8. Implementação e manutenção de painéis de monitoramento em tempo real (dashboards), contendo informações de eventuais ataques, emissão de alertas, envio de e-mail, etc.
- 2.3.9. Realização de testes nos equipamentos para identificação de inconsistências, vulnerabilidades, falhas de configuração, sistema ou arquitetura, com proposição de melhorias e otimizações na solução de firewall, em conformidade com as melhores práticas do fabricante e de segurança da informação.
- 2.3.10. Treinamento da solução de firewall, a ser ministrado pela CONTRATADA ou pelo fabricante, para 4 (quatro) participantes a serem indicados pela Superintendência de Tecnologia – Sutech da Emgea, na modalidade “hands-on”.
- 2.4. Os Itens 1 e 2 do Lote 1 desta contratação são complementares e garantem o funcionamento da solução de firewall como um todo, satisfazendo sua plena operação pelo prazo contratado.
- 2.5. A CONTRATADA deve sempre aplicar as melhores práticas e recomendações do fabricante para execução dos serviços contratados, de forma a manter e preservar a garantia oficial do fabricante durante toda a vigência do contrato.
- 2.5.1. A CONTRATADA deve registrar todos os chamados abertos para atendimento dos serviços de garantia e suporte técnico durante a vigência do contrato. Concluído o serviço, a CONTRATADA deve relatar as atividades realizadas e, sempre que possível, repassar o conhecimento técnico aplicado para a equipe técnica da Emgea.
- 2.6. A CONTRATADA deve manter o licenciamento dos softwares e appliances, de acordo com as características da solução definidas neste Edital, durante toda a vigência do contrato.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 3.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- 3.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016, e ou art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 3.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.
- 3.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação e atendam aos requisitos de habilitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

- 3.4. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando ela atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 3.5. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- 3.5.1. Detentor de cargo em comissão que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- 3.5.2. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão CONTRATANTE;
- 3.6. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).
- 3.7. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão neste órgão CONTRATANTE.
- 3.8. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.8.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.8.2. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.8.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 3.8.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.8.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.8.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente.
- 3.8.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 3.8.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- 4.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. O envio da proposta, exigido neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 4.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

#### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. As licitantes deverão enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência e seus anexos.
- 5.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 5.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 5.3.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 5.3.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da fatura e haverá glosa, quando do pagamento.
- 5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo a licitante apresentar ao Pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na fatura, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.
- 5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa CONTRATADA ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

#### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.
- 6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 6.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. O lance deverá ser ofertado por tipo de serviço.
- 6.10. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.11. As licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.13. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.19. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação.
- 6.20. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.21. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.22. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 6.23. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 6.24. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.25. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.26. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.27. A ordem de apresentação pelas licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.28. Havendo empate entre propostas, o critério de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 6.28.1. disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.28.3. desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.28.4. desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.28.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.
- 6.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 6.31. O Pregoeiro solicitará a licitante melhor classificada que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.32. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.
- 6.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:
- 7.2.1. Contenha vício insanáveis;
- 7.2.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- 7.2.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 7.2.4. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa;
- 7.2.5. Apresentem desconformidade com outras exigências do edital, desde que insanável.

7.3. Quando a licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.3.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Será possível tornar público o orçamento estimado por ocasião da fase de negociação, quando o preço da proposta mais vantajosa se encontrar acima do valor orçado, inclusive para os valores por item.

7.5. Restando os valores ofertados acima no valor estimado e diante de impossibilidade de negociação por parte da licitante, esta terá sua proposta desclassificada.

7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59, da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Quando a licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.10. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF.

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

8.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.9. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.10. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.11. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.15. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS,

quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.17. As licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como à Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

**8.17.1. Habilitação jurídica:**

8.17.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.17.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.17.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

8.17.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.17.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.17.1.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.17.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.17.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.17.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.17.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.17.2.5. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.17.2.6. Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.17.2.7. Caso a licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.17.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

8.17.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.17.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.17.3.3. A certidão negativa de recuperação judicial e extrajudicial só será exigida nos contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

8.17.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.17.3.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.17.3.6. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.17.3.7. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} & \text{Ativo Circulante + Realizável a} & \\ \text{LG} & \text{Longo Prazo} & \\ = & \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não}}{\text{Circulante}} & \\ & & \\ & \text{Ativo Total} & \\ \text{SG} & & \\ = & \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo}}{\text{Não Circulante}} & \\ & & \\ & \text{Ativo} & \\ \text{LC} & \text{Circulante} & \\ = & \frac{\text{Passivo}}{\text{Circulante}} & \end{array}$$

8.17.3.8. As empresas, cadastradas no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de R\$ 163.813,62 (cento e sessenta e três mil, oitocentos e treze reais e sessenta e dois centavos).

**8.17.4. Qualificação Técnica e Operacional**

8.17.4.1. As licitantes disponibilizarão todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.17.4.2. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, devendo o (s) documento (s) conter a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato - ou qualquer outra forma de contato - além do nome e assinatura do Representante Legal da Atestante.

8.17.4.3. A Emgea poderá realizar diligência na empresa vencedora e na empresa ou órgão que fornecer o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem os serviços prestados no atestado fornecido.

8.17.4.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.17.4.5. Não serão aceitos Atestados de Capacidade de Técnica que não comprovem a aptidão da licitante para a prestação dos serviços objeto do Termo de Referência.

8.17.4.6. Para fins de comprovação de capacidade técnica, os atestados deverão conter a descrição detalhada dos serviços realizados que comprove que a licitante possui capacitação técnica para executar os serviços previstos nesta contratação.

8.17.4.7. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

8.17.4.8. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de capacidade, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação.

8.17.4.9. A soma dos atestados de capacidade técnica deve comprovar que a licitante prestou serviços compatíveis com os descritos no Termo de Referência.

8.17.4.10. A licitante classificada deverá apresentar o certificado de “Garantia Oficial” junto ao fabricante Check Point no momento da assinatura do Contrato.

8.17.4.11. O certificado deve estar em nome da Emgea e cobrir todo o período de vigência do contrato.

8.17.4.12. A não observância deste item poderá ensejar em penalidades à futura CONTRATADA.

8.17.4.13. A licitante deverá encaminhar o arquivo digital contendo o certificado de garantia oficial emitido pelo fabricante para a Superintendência de Tecnologia – SuteC da Emgea.

8.17.4.14. A fim de assegurar a manutenção da garantia oficial e a prestação dos serviços de suporte técnico credenciados pelo fabricante durante a vigência do contrato, a licitante classificada deverá apresentar “Declaração ou Certificado de Parceiro Autorizado” vigente, emitido pelo fabricante Check Point, no momento da assinatura do Contrato, e deverá mantê-lo válida durante toda a vigência do Contrato.

8.17.4.15. A licitante vencedora deve constar, obrigatoriamente, na relação oficial de parceiros autorizados do fabricante Check Point, disponível para consulta no sítio eletrônico oficial do fabricante, enquadrando-se em uma das seguintes categorias de parceria em serviços: “Check Point Elite Partner” ou “Check Point Premier Partner”.

8.17.4.16. A não observância deste item poderá ensejar em multas e penalidades a licitante vencedora.

8.17.4.17. Para fins de assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a relação nominal dos profissionais que poderão atuar na execução dos serviços, os quais deverão possuir, no mínimo, uma das seguintes certificações oficiais da Check Point, em versão R81.x ou superior, quando aplicável: a) Check Point Certified Security Administration (CCSA); b) Check Point Certified Security Expert (CCSE); c) Check Point Certified Security Master (CCSM); d) Check Point Certified Endpoint Specialist (CCES).

8.17.4.18. A licitante vencedora deverá manter, durante toda a vigência do contrato, a comprovação da qualificação técnica e das certificações dos profissionais alocados, devendo apresentar tal comprovação sempre que solicitada pela Emgea, como condição para a continuidade da execução contratual

## **9. DA VISTORIA**

9.1. Será facultada às empresas interessadas, por meio dos seus respectivos representantes, vistoria às instalações da Emgea para tomar conhecimento das condições locais para execução dos serviços contratados nos equipamentos de firewall e no software de gerenciamento centralizado listados no ANEXO III do Termo de Referência, oportunidade em que será fornecida a “Declaração de Vistoria”.

9.1.1. Caso a vistoria não seja realizada, a licitante assumirá todos os ônus decorrentes dos serviços a serem prestados.

9.2. A licitante poderá realizar vistoria em horário comercial, de segunda à sexta-feira, das 09:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, na sede da Emgea, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta.

9.3. A vistoria deverá, obrigatoriamente, ser realizada por representante da licitante em data e horário previamente agendado, que tenha conhecimento suficiente para identificar com clareza os recursos necessários que deverão ser utilizados no objeto da contratação em comento, de forma a possibilitar a correta formulação da proposta comercial a ser apresentada.

9.4. O agendamento deverá ser realizado por meio do e-mail [sutec@emgea.gov.br](mailto:sutec@emgea.gov.br), (61) 3214-4845 para falar com a Superintendência de Tecnologia - SuteC, ou ainda, pelo telefone.

9.5. O representante da licitante designado para realizar a vistoria deverá apresentar à Emgea, no momento da visita, documento oficial de identificação, bem como autorização emitida pela licitante para a realização de vistoria.

9.6. Para as licitantes que optarem pela não realização da vistoria, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao detalhamento, especificações e obrigações que compõe a contratação, ficando a licitante vencedora obrigada a executar o contrato nos termos dispostos no Termo de Referência e seus anexos.

9.7. É de responsabilidade da licitante o dimensionamento de sua proposta, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais alterações no valor do objeto licitado.

9.8. Quando da vistoria ao local, a licitante deverá inteirar-se de todos os aspectos referentes à execução dos serviços.

9.9. Ao final da vistoria o representante da licitante deverá assinar a “Declaração de Vistoria”, conforme modelo do anexo III do Termo de Referência, a qual será juntado ao dossiê da contratação.

9.10. Não haverá visita sem prévio agendamento e em mesma data/horário por mais de uma licitante.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final da licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Apresentar o valor unitário e total dos serviços a serem prestados, devidamente ajustada ao lance vencedor.

10.2. A proposta de preço deverá contemplar o que consta no Termo de Referência.

10.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à licitante vencedora, se for o caso.

10.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante vencedora.

10.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.

10.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. O Pregoeiro declarará a vencedora e concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma compras.gov.br.

11.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. Os procedimentos citados nos subitens 11.1. e 11.2. serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

11.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante vencedora não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

12.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

14.2. A impugnação poderá ser realizada somente de forma eletrônica, pelo e-mail cl@emgea.gov.br.

14.3. Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço cl@emgea.gov.br.

14.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

14.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.9. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em site eletrônico da Emgea e no sistema, dentro do prazo estabelecido, e vincularão os participantes e a Administração.

## **15. DO CONTRATO**

15.1. Após a homologação da licitação, será firmado o Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

15.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.

15.7. O(s) representante(s) legal(is) pela formalização do contrato deverão possuir Certificação Digital que viabilize a assinatura do contrato eletronicamente.

15.8. Na hipótese da licitante vencedora não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a essa licitante, poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. **DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no item 18 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
17. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 17.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas nos itens 11 e 12 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
18. **DO PAGAMENTO**
- 18.1. As condições de pagamento estão previstas no item 23 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
19. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 19.1. As sanções administrativas estão previstas no item 13 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
20. **DO REAJUSTE**
- 20.1. O reajuste está previsto no item 24 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital
21. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 21.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão à conta de dotação prevista no Programa de Dispendios Globais – PDG da Emgea, conforme previsão contida na proposta do PDG para 2026, nas contas contábeis e rubricas orçamentárias a seguir:
- | Conta Contábil                                  | Rubrica Orçamentária   | Item Orçamentário   |
|---|--|---|
| 452.06.06 – Despesas Serv. Terc. Equipamento TI | 2.205.010.000 – Serviços de Terceiros Tecnologia da Informação | 1080 - Manutenção de Equipamentos e Sistemas TI, Centro de Resultado 03.00.17 – Tecnologia. |
22. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 22.5. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 22.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.9. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço [www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br), no mesmo período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.14.1. Anexo I – Termo de Referência; e
- 22.14.2. Anexo II - Minuta do Contrato;

MARTVS ANTONIO ALVES DAS CHAGAS  
DIRETOR

## ANEXO I DO EDITAL

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de garantia oficial da solução de *firewall* Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, instalada nas dependências da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, e dos serviços de suporte técnico credenciado, em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações, exigências e prazos constantes deste Termo de Referência.

#### 2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Lote	Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	Qtde.
------	------	------------------------	-------------------	-------

1	1	Serviço de garantia oficial do fabricante para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	1
	2	Serviço mensal de suporte técnico credenciado pelo fabricante, a ser prestado por empresa contratada credenciada e/ou pelo fabricante, para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, em regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	60

Tabela 1: Descrição dos serviços contidos no objeto a ser contratado.

- 2.1. A especificação técnica detalhada da solução de *firewall* está descrita no ANEXO I deste Termo de Referência.
- 2.2. **O serviço de garantia oficial do fabricante** compreende:
- 2.2.1. Garantia de funcionamento dos equipamentos do tipo *appliance* (Marca/Modelo: Check Point Quantum Force 9100 Plus), com substituição, por modelo igual ou superior, em caso de defeito, descontinuidade, fim de ciclo de vida determinado pelo fabricante ou falhas que comprometam o funcionamento parcial ou total da solução.
- 2.2.2. Garantia de funcionamento e licenciamento de uso do *software* de gerenciamento centralizado da solução de *firewall* e todos os módulos licenciados, incluindo o fornecimento e a instalação de novas versões, atualizações, correções, *patches*, *firmwares* e *drivers*.
- 2.2.3. Fornecimento e manutenção do certificado de garantia oficial do fabricante, conforme exigências contidas no item 16.1.8.11 deste Termo de Referência.
- 2.2.4. Realização de *upgrades* nos equipamentos do tipo *appliance* durante a vigência contratual, visando manter a solução atualizada, segura e aderente às recomendações do fabricante.
- 2.3. **O serviço de suporte técnico credenciado pelo fabricante**, a ser prestado pela contratada e/ou pelo fabricante, compreende:
- 2.3.1. Manutenção preventiva e corretiva da solução de *firewall*.
- 2.3.2. Otimização e ajustes nas configurações, como regras de acesso, filtros de segurança, inspeção HTTPS, NAT, balanceamento de *links*, VPN, QoS, IDS/IPS e demais funcionalidades da solução.
- 2.3.3. Entrega de documentação contendo o planejamento e o plano de ação relativo às intervenções a serem realizadas.
- 2.3.4. Documentação dos serviços executados.
- 2.3.5. Migração dos equipamentos e componentes para outro local nas dependências da Empresa, sempre que necessário e sob demanda da Emgea.
- 2.3.6. Instalação das atualizações de versão do *software* de gerenciamento da solução.
- 2.3.7. Instalação de novas versões de *drivers*, *firmwares* ou outros elementos lógicos para os equipamentos, componentes e peças que compõem a solução.
- 2.3.8. Implementação e manutenção de painéis de monitoramento em tempo real (*dashboards*), contendo informações de eventuais ataques, emissão de alertas, envio de e-mail, etc.
- 2.3.9. Realização de testes nos equipamentos para identificação de inconsistências, vulnerabilidades, falhas de configuração, sistema ou arquitetura, com proposição de melhorias e otimizações na solução de *firewall*, em conformidade com as melhores práticas do fabricante e de segurança da informação.
- 2.3.10. Treinamento da solução de *firewall*, a ser ministrado pela CONTRATADA ou pelo fabricante, para 4 (quatro) participantes a serem indicados pela Superintendência de Tecnologia – Sutech da Emgea, na modalidade “*hands-on*”.
- 2.4. Os Itens 1 e 2 do Lote 1 desta contratação são complementares e garantem o funcionamento da solução de *firewall* como um todo, satisfazendo sua plena operação pelo prazo contratado.
- 2.5. A CONTRATADA deve sempre aplicar as melhores práticas e recomendações do fabricante para execução dos serviços contratados, de forma a manter e preservar a garantia oficial do fabricante durante toda a vigência do contrato.
- 2.5.1. A CONTRATADA deve registrar todos os chamados abertos para atendimento dos serviços de garantia e suporte técnico durante a vigência do contrato. Concluído o serviço, a CONTRATADA deve relatar as atividades realizadas e, sempre que possível, repassar o conhecimento técnico aplicado para a equipe técnica da Emgea.
- 2.6. A CONTRATADA deve manter o licenciamento dos *softwares* e *appliances*, de acordo com as características da solução definidas neste Termo de Referência, durante toda a vigência do contrato.
3. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 3.1. O objeto a ser contratado é considerado de natureza comum e pode ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.
- 3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Emgea, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
4. **DOS REQUISITOS LEGAIS**
- 4.1. LG.NOR.008.05 - Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos da Emgea.
- 4.2. OR.NOR.001.12 - Regimento Interno da Emgea.
- 4.3. Lei nº 14.133/2021, que regula licitações e contratos da Administração Pública.
- 4.4. Decreto nº 7.174/2010, que “regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União”.
- 4.5. Lei nº 13.303/2016, que “dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.
- 4.6. Instrução Normativa nº 65 SEGES/ME/2021, que “dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”.
- 4.7. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 4.8. Lei nº 12.846/2013, que “dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências”.
- 4.9. Lei nº 8.248/1991, que “dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências”.
- 4.10. Lei nº 8.429/1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências”.

## 5. DA JUSTIFICATIVA

5.1. A prestação dos serviços de garantia oficial e suporte técnico credenciado pelo fabricante da solução de *firewall* instalada e em operação no ambiente tecnológico da Emgea enquadra-se no programa regular de manutenção dos recursos tecnológicos e tem por objetivo assegurar a continuidade, a disponibilidade e a segurança dos serviços de tecnologia da informação e dos dados corporativos, em consonância com as diretrizes da Superintendência de Tecnologia – SuteC e com a Política de Segurança da Informação da Emgea.

5.2. A solução de *firewall* é responsável pelo controle e pela proteção do tráfego de dados e acessos à rede corporativa, incluindo sistemas, aplicações, bancos de dados, arquivos eletrônicos, sítios eletrônicos e serviços de correio eletrônico. Trata-se de ativo tecnológico crítico, cuja indisponibilidade ou operação inadequada representa risco elevado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações institucionais.

5.3. A utilização da solução de *firewall* sem cobertura de garantia do fabricante e suporte técnico especializado pode ampliar a exposição a falhas de *hardware* e *software*, exploração de vulnerabilidades conhecidas, atrasos na correção de incidentes e indisponibilidade prolongada de serviços essenciais, elevando os riscos operacionais, financeiros, legais e reputacionais para a Emgea.

5.4. Eventos tecnológicos previsíveis, como desgaste natural de componentes, falhas de *hardware*, problemas de *drivers*, *BIOS* ou *firmwares*, entre outros, podem comprometer parcial ou totalmente a operação dos equipamentos de *firewall*, impactando serviços de TI críticos ao negócio da Emgea. A continuidade da prestação desses serviços visa mitigar tais riscos e reduzir os impactos decorrentes desses eventos.

5.5. O serviço de garantia oficial do fabricante compreende a correção de defeitos apresentados nos equipamentos do tipo *appliance* que possam causar indisponibilidade parcial ou total dos serviços de TI, incluindo a substituição de equipamentos e componentes defeituosos, descontinuados ou com fim do ciclo de vida determinado pelo fabricante.

5.6. O serviço de suporte técnico credenciado pelo fabricante compreende atividades técnicas de manutenção preventiva e corretiva, bem como treinamento técnico na solução de *firewall*, com o objetivo de apoiar a equipe de tecnologia da Emgea na aplicação e gestão de regras de configuração. Esses serviços visam manter a solução em perfeito estado de funcionamento, por meio do acompanhamento contínuo e da análise das políticas e regras implementadas, adotando-se, sempre que necessário, os procedimentos técnicos adequados para corrigir inadequações ou implementar novas funcionalidades.

5.7. Cabe ressaltar que a solução de *firewall* atualmente instalada atende aos requisitos técnicos e operacionais da Emgea, encontra-se integrada à infraestrutura existente e apresenta capacidade de evolução tecnológica por meio de atualizações e *upgrades* previstos nesta contratação, não havendo, no momento, justificativa técnica ou econômica para sua substituição.

5.8. Do ponto de vista da vantajosidade econômica, a renovação dos serviços de garantia e de suporte técnico para a solução atual de *firewall* mostra-se mais eficiente e econômica do que a substituição integral por uma nova solução de *firewall*, uma vez que evita elevados custos iniciais de aquisição de equipamentos, serviços de implantação, licenciamento, migração, capacitação técnica da equipe, reconfiguração do ambiente e riscos operacionais inerentes à transição tecnológica.

5.9. A exigência de atendimento técnico em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) justifica-se pela criticidade da solução de *firewall* para a operação da Emgea, uma vez que esse ativo é responsável pela proteção do tráfego de dados, pela integridade das comunicações corporativas e pela disponibilidade de serviços essenciais de tecnologia da informação.

5.10. Incidentes de segurança, falhas de *hardware*, degradação de desempenho ou indisponibilidades podem ocorrer a qualquer tempo, inclusive fora do horário administrativo, e possuem potencial de impacto imediato e significativo sobre a continuidade dos serviços, a segurança da informação e o cumprimento de obrigações institucionais e regulatórias. Dessa forma, o atendimento ininterrupto assegura resposta tempestiva a incidentes, redução do tempo de indisponibilidade, mitigação de riscos operacionais e de segurança, e pronto restabelecimento da solução, garantindo a continuidade do negócio, a proteção dos ativos informacionais e a aderência às boas práticas de governança e segurança da informação.

5.11. Nesse contexto, a contratação pelo período de 60 (sessenta) meses proporciona previsibilidade orçamentária, estabilidade contratual e melhor planejamento da gestão de TI, reduzindo riscos associados à descontinuidade dos serviços de garantia e suporte técnico, assegurando a continuidade dos serviços de TI essenciais para o negócio da Emgea, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e gestão de riscos previstos na Lei nº 13.303/2016.

5.12. Diante do exposto, justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de garantia oficial e suporte técnico credenciado pelo fabricante para a solução de *firewall* instalada e em operação no ambiente tecnológico da Emgea, por se tratar de medida tecnicamente adequada, economicamente vantajosa, e essencial para a mitigação de riscos cibernéticos e a manutenção de um ambiente tecnológico seguro, estável e resiliente, de modo a assegurar o pleno funcionamento da solução e garantir o rápido restabelecimento operacional em caso de falhas.

## 6. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

6.1. Garantir a continuidade operacional da solução de *firewall*, evitando indisponibilidades e falhas em serviços críticos de tecnologia da informação;

6.2. Assegurar a atualização e a proteção do ambiente tecnológico, mediante acesso a correções, *patches*, assinaturas e demais atualizações disponibilizadas pelo fabricante;

6.3. Disponibilizar garantia oficial e suporte técnico credenciado pelo fabricante, a ser prestado por profissionais especializados e qualificados, assegurando atendimento tempestivo e resolução eficaz de incidentes;

6.4. Mitigar riscos operacionais, financeiros, legais e reputacionais associados à utilização de equipamentos, *softwares* e soluções sem cobertura de garantia oficial e de suporte técnico credenciado pelo fabricante;

6.5. Preservar o investimento realizado, assegurando a vida útil dos equipamentos do tipo *appliance* e do *software* de gerenciamento centralizado;

6.6. Assegurar conformidade com normas, políticas e diretrizes institucionais de segurança da informação e governança de TI;

6.7. Proporcionar previsibilidade orçamentária e estabilidade à gestão de tecnologia da informação, por meio da contratação da garantia e do suporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses, favorecendo o planejamento, a racionalização de custos e a continuidade dos serviços;

6.8. Fortalecer a capacidade de resposta a incidentes de segurança, reduzindo impactos operacionais e garantindo a disponibilidade dos serviços corporativos; e

6.9. Melhorar a postura de segurança da informação da organização.

## 7. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços contratados devem ser prestados na forma remota e/ou presencial nas dependências da Emgea, localizada no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 2 Bloco J, S/N, Andares 4, 5, 7, 8 e 10, Edifício Carlton Tower, Brasília-DF, CEP 70.070-120.

## 8. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARANTIA OFICIAL E SUPORTE TÉCNICO CREDENCIADO

8.1. Os serviços de garantia oficial e suporte técnico credenciado pelo fabricante abrangem 2 (dois) equipamentos do tipo *appliance* e o *software* de gerenciamento centralizado que compõem a solução de *firewall* instalada e em operação no ambiente de tecnologia da Emgea, conforme especificações técnicas constantes no ANEXO I deste Termo de Referência.

8.2. Os serviços deverão ser prestados durante toda a vigência do contrato, em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), iniciando-se a partir da data de assinatura do contrato, observados os níveis de serviço estabelecidos.

8.3. A prestação dos serviços deverá ser realizada pela CONTRATADA, que deve ser uma empresa credenciada pelo fabricante, e/ou pelo próprio fabricante da solução de *firewall*, observando as melhores práticas de segurança da informação, segurança cibernética e normas técnicas aplicáveis.

#### 8.4. **Forma de prestação dos serviços**

8.4.1. O atendimento poderá ocorrer de forma remota e/ou presencial, conforme a criticidade do incidente, a natureza da demanda e a viabilidade técnica.

8.4.2. O atendimento presencial (*on-site*) será obrigatório nos casos de falha crítica, indisponibilidade total da solução, defeitos de *hardware* que demandem intervenção física ou sempre que o acesso remoto não for possível ou recomendado, devendo ocorrer mediante agendamento prévio e conforme o nível de serviço acordado.

#### 8.5. **Atendimento e gestão de chamados**

8.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento para abertura, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos, no idioma português, por meio de telefone (0800 ou DDD 61) e, adicionalmente, via portal web ou e-mail, sem custos adicionais para a Emgea.

8.5.2. Todo chamado deverá gerar número de protocolo, conter data e hora de abertura, identificação do solicitante, descrição detalhada da demanda e registro das ações realizadas, devendo ser encaminhada cópia do chamado à Emgea por correio eletrônico.

8.5.3. O encerramento do chamado deverá conter descrição clara e detalhada da solução aplicada durante o atendimento do chamado.

#### 8.6. **Condições gerais de atendimento**

8.6.1. O atendimento não poderá ser interrompido até a completa normalização da solução de *firewall*, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados, sem custos adicionais para a Emgea.

8.6.2. Todos os recursos técnicos, humanos, financeiros, logísticos e administrativos necessários à execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não gerando qualquer ônus adicional à Emgea.

8.6.3. A interrupção indevida dos serviços poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

#### 8.7. **Relatórios de serviços**

8.7.1. A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico mensal contendo a relação dos chamados abertos no período, com respectivos números de protocolos (*tickets*), datas de abertura e encerramento, descrições e soluções aplicadas.

8.7.2. O relatório técnico mensal deve ser emitido mesmo quando não houver ocorrência de chamados no período.

#### 8.8. **Serviço de garantia oficial do fabricante**

8.8.1. A garantia oficial do fabricante compreende, de forma integrada, durante a vigência contratual:

- a) fornecimento de atualizações, novas versões e *releases* corretivos e evolutivos de *softwares* e *firmwares* dos *appliances* e do *software* de gerenciamento centralizado;
- b) disponibilização de documentação técnica atualizada e informações sobre novas funcionalidades, quando aplicável;
- c) execução de procedimentos corretivos necessários ao restabelecimento do pleno funcionamento da solução, incluindo ajustes, reparos e substituição de equipamentos, peças ou componentes defeituosos, descontinuados ou com fim do ciclo de vida determinado pelo fabricante;
- d) remoção de equipamentos defeituosos, descontinuados ou com fim do ciclo de vida determinado pelo fabricante;
- e) instalação, configuração, manutenção e atualização de novo equipamento do tipo *appliance*, que deve estar na caixa, ser de primeiro uso e em linha de produção do fabricante, com características técnicas iguais ou superiores, em substituição ao equipamento defeituoso, descontinuado ou com fim do ciclo de vida determinado pelo fabricante.

8.8.2. A Emgea poderá, a qualquer tempo, solicitar a execução dos serviços de garantia previstos neste item.

#### 8.9. **Substituição de equipamentos e componentes**

8.9.1. Equipamentos, peças ou componentes defeituosos deverão ser substituídos por itens novos, de primeiro uso, com características técnicas iguais ou superiores, mediante validação da equipe técnica da Emgea.

8.9.2. Substituições temporárias ou definitivas deverão atender às especificações técnicas aplicáveis e aos níveis de desempenho exigidos, mediante anuência da Emgea.

8.9.3. A eventual remessa de equipamentos para centros externos de garantia não exime a CONTRATADA do cumprimento dos prazos contratuais.

8.9.4. Os componentes substituídos deverão ser recolhidos pela CONTRATADA, que deverá assegurar o descarte seguro e a inacessibilidade de quaisquer informações armazenadas, conforme as diretrizes de segurança da informação da Emgea.

#### 8.10. **Serviço de suporte técnico credenciado pelo fabricante**

8.10.1. O serviço de suporte técnico credenciado pelo fabricante abrange as atividades de instalação, configuração, manutenção preventiva, manutenção corretiva, atualização de *softwares*, *firmwares* e *drivers*, ajustes operacionais, otimização de políticas, regras e configurações, testes de funcionamento e desempenho, diagnósticos de ambiente, documentação dos serviços executados, proposição de melhorias, esclarecimento de dúvidas e transferência de conhecimento das atividades realizadas durante o atendimento do chamado.

8.10.2. O serviço de suporte técnico credenciado deve sempre atender às boas práticas de segurança e recomendações do fabricante durante a vigência do contrato, a fim de manter a garantia dos equipamentos e do *software* de gerenciamento centralizado.

8.10.3. Sempre que necessário, poderão ser adotadas soluções de contorno temporárias para garantir a continuidade operacional, desde que previamente aprovadas pela Emgea, devendo a CONTRATADA apresentar solução definitiva dentro dos prazos estabelecidos.

#### 8.11. **Treinamento**

8.11.1. O treinamento deve ser ministrado pela CONTRATADA ou pelo fabricante, para 4 (quatro) participantes a serem indicados pela Superintendência de Tecnologia – Sutech da Emgea, na modalidade “*hands-on*”.

8.11.2. O treinamento deve ser ministrado por profissional técnico da CONTRATADA ou do fabricante, devidamente qualificado e certificado pelo fabricante, podendo ocorrer de forma presencial e/ou remota, em comum acordo com a Emgea.

8.11.3. Todas as despesas decorrentes do treinamento são de responsabilidade da CONTRATADA, e correrão sem ônus para a Emgea.

8.11.4. O treinamento deve possuir carga horária mínima de 32 (trinta e duas) horas, podendo ser ajustada conforme necessidade técnica da Emgea, mediante comum acordo com a CONTRATADA.

8.11.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo:

- a) Material técnico em formato digital;
- b) Lista de presença dos participantes;
- c) Certificado ou declaração de conclusão individual do treinamento para cada participante.

8.11.6. O treinamento deve ser ministrado com enfoque técnico, contemplando, no mínimo:

- a) Apresentação técnica detalhada da solução Check Point Quantum Force 9100 Plus e do *software* de gerenciamento centralizado,

abordando sua arquitetura, componentes, funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW) e principais recursos de segurança;

b) Conceitos e funcionalidades, como regras de acessos, inspeção de tráfego, NAT, VLAN, controle de aplicações, balanceamento de *links*, acesso remoto via VPN, VPN *site-to-site*, clusterização dos *appliances*, e demais funcionalidades da solução;

c) Demonstração prática das funcionalidades, incluindo a navegação pelos módulos da solução, aplicação de políticas de segurança, mecanismos de inspeção de tráfego, prevenção de ameaças, atualização da plataforma, dentre outros;

d) Mecanismos de prevenção de ameaças (*Threat Prevention*);

e) Atualizações de *software*, *firmware* e bases de assinatura;

f) Monitoramento de desempenho, disponibilidade e eventos de segurança;

g) Elaboração e disponibilização de *dashboards*;

h) Diagnóstico e análise de falhas;

i) Exposição dos fluxos operacionais, abrangendo procedimentos de operação contínua, monitoramento de eventos, análise de logs, identificação de alertas e verificação de desempenho;

j) Laboratório prático individual para simulações de configurações, cenários e ambientes, contemplando situações de falha, incidentes de segurança e indisponibilidade, com orientação sobre diagnóstico, mitigação e restauração dos serviços;

k) Esclarecimento de dúvidas técnicas, promovendo a assimilação dos conteúdos e a troca de experiências entre os participantes;

l) Boas práticas de operação contínua da solução.

8.11.7. O treinamento deve ser realizado em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço.

8.11.8. O treinamento será considerado aceito após a sua conclusão por todos os participantes, mediante comprovação da execução integral do conteúdo técnico, da carga horária estabelecida e da entrega dos documentos previstos, incluindo o certificado ou declaração de conclusão individual do treinamento para cada participante.

## 9. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NMSE)

### 9.1. Para abertura e atendimento de chamados

9.1.1. A abertura e o atendimento de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), todos os dias do ano, atendendo aos seguintes níveis de severidade:

Severidade	Descrição	Prazo para início do atendimento	Prazo para solução definitiva do chamado
Alta	Aplicada quando há indisponibilidade total ou comprometimento de desempenho ou funcionalidade da solução de <i>firewall</i> .	2 (duas) horas, contadas a partir da data de abertura do chamado.	4 (quatro) horas, contadas a partir da data de abertura do chamado.
Média	Aplicada quando há um alerta, mas o equipamento/componente ainda se encontra operacional, sem comprometimento de desempenho ou funcionalidade da solução; e quando da solicitação de desligamento e ligamento da solução.	4 (quatro) horas, contadas a partir da data de abertura do chamado.	12 (doze) horas, contadas a partir da data de abertura do chamado.
Baixa	Aplicada para solicitação de configuração, manutenções preventivas e evolutivas, de migração física da solução, de esclarecimentos técnicos relativos ao uso e aprimoramento da solução. Não haverá abertura de chamado com esta severidade em sábados, domingos e feriados.	1 (um) dia útil, contado a partir da data de abertura do chamado.	2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de abertura do chamado.

Tabela 2: Descrição dos níveis de severidade dos chamados e respectivos prazos de atendimento.

9.2. Serão considerados, para efeito do nível mínimo de serviço exigido:

9.2.1. Término do atendimento: tempo decorrido entre a abertura do chamado pela Emgea e a solução definitiva da demanda pela CONTRATADA.

9.2.2. O atendimento da demanda só será considerado concluído após o aceite formal da equipe técnica da Emgea. Caso a Emgea não confirme a conclusão do atendimento, este permanecerá aberto. Nesse caso, a Emgea fornecerá informações sobre as pendências a serem resolvidas.

9.2.3. A severidade poderá ser reclassificada pela Emgea. Caso isso ocorra, haverá nova contagem de prazo, conforme a nova severidade, e seguirá os prazos dispostos na tabela acima.

9.2.4. É vedado à CONTRATADA interromper o atendimento de severidade “Alta” até que a solução esteja em pleno estado de funcionamento, mesmo que se estendam para períodos noturnos, sábados, domingos e feriados.

9.2.5. Caso não sejam observados os prazos para atendimento previstos, incidirão glosas, calculadas sobre o valor mensal do contrato, referente ao serviço de suporte técnico credenciado pelo fabricante, conforme o disposto na tabela abaixo:

Glosa	Descrição	Valor da Glosa	Período máximo de atraso para cálculo da glosa
1	Aplicada quando há atraso na solução do chamado com severidade “Alta”	3% (três por cento), por hora ou fração de hora de atraso, do valor mensal do Contrato, referente à prestação do serviço de suporte técnico credenciado	Até o limite de 8 (oito) horas de atraso, contadas a partir do prazo para solução definitiva do chamado
2	Aplicada quando há atraso na solução do chamado com severidade “Média”	2% (dois por cento), por hora ou fração de hora de atraso, do valor mensal do Contrato, referente à prestação do serviço de suporte técnico credenciado	Até o limite de 12 (doze) horas de atraso, contadas a partir do prazo para solução definitiva do chamado

3	Aplicada quando há atraso na solução do chamado com severidade "Baixa"	1% (um por cento), por dia ou fração de dia de atraso, do valor mensal do Contrato, referente à prestação do serviço de suporte técnico credenciado	Até o limite de 10 (dez) dias de atraso, contados a partir do prazo para solução definitiva do chamado
---	--	---	--

Tabela 3: Descrição dos valores e condições para aplicação das glosas contratuais.

9.2.6. Em caso de glosa a ser aplicada na fatura mensal, o Fiscal do Contrato deve:

- a) emitir parecer indicando os chamados que tiveram atraso no atendimento e relacionar os motivos para aplicação da glosa contratual; e
- b) comunicar formalmente a CONTRATADA a aplicação da glosa contratual.

9.2.7. A aplicação de glosas não exime a CONTRATADA das demais sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

## 10. DA ORDEM DE SERVIÇO

10.1. A CONTRATADA deve utilizar o modelo de Ordem de Serviço constante no ANEXO IV deste Termo de Referência ou modelo próprio, desde que atenda todos os requisitos necessários.

10.2. A CONTRATADA deve preencher a Ordem de Serviço para todas intervenções de garantia e suporte técnico realizadas na solução de *firewall*.

10.3. Para efeito de controle dos prazos de atendimento dos chamados considerar-se-á aberto o chamado e, portanto, válido, a partir do horário do acionamento pela Emgea.

10.4. O horário de fechamento do chamado será o horário do término lançado na Ordem de Serviço e atestado pelo responsável técnico da CONTRATADA e o responsável técnico da Emgea.

10.5. Considerar-se-á prestado o serviço quando a Ordem de Serviço estiver encerrada.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA EMGEA

11.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de empregados especialmente designados.

11.2. Fornecer à CONTRATADA relação com nome dos fiscais do contrato designados pela Emgea.

11.3. Fornecer à CONTRATADA relação com nome dos empregados da Superintendência de Tecnologia – SUTEC, credenciados a abrir chamados e acompanhar os serviços contratados.

11.4. Permitir acesso dos profissionais da CONTRATADA, quando necessário, desde que devidamente identificados, às dependências da Emgea, para executar atividades relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo vedada, salvo se por autorização expressa da Emgea, o trânsito em áreas estranhas às suas atividades.

11.5. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados por empregados e/ou prepostos da CONTRATADA, necessários à execução do objeto descrito neste Termo de Referência.

11.6. Efetuar o pagamento das faturas nos prazos e condições pactuados, quando estes estiverem de acordo com o exigido.

11.7. Impugnar o pagamento de valores relativos a eventuais divergências entre as faturas e os serviços prestados pela CONTRATADA.

11.8. Informar à CONTRATADA os atos que possam interferir direta ou indiretamente na execução dos serviços a serem prestados.

11.9. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do Contrato.

11.10. Aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

11.11. Aprovar ou reprová as atualizações tecnológicas ou modificações de arquitetura propostas para a solução.

11.12. Manter pessoal técnico para prestar esclarecimentos sobre o ambiente tecnológico da Emgea, bem como esclarecimentos referentes aos serviços a serem executados pela CONTRATADA.

11.13. Não permitir que terceiros realizem os serviços especificados neste documento, durante a vigência do Contrato.

11.14. Exigir a substituição de qualquer profissional cujo comportamento ou capacidade sejam julgados impróprios ao desempenho dos serviços a serem executados, por meio de comunicação formal à CONTRATADA.

11.15. Efetuar vistoria nos serviços realizados e aplicar as penalidades previstas no Contrato, caso seja constatada a prática de serviços à margem do contrato.

11.16. Aplicar as sanções conforme previsto neste Termo de Referência e na legislação vigente.

11.17. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.18. Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

11.19. A Emgea reconhece que, para a prestação dos serviços contratados ou serviços correlatos, deverá prover à CONTRATADA acesso às informações, ao ambiente computacional e às suas dependências.

11.20. A Emgea garante que:

11.20.1. Os dados pessoais compartilhados, transferidos ou de qualquer forma disponibilizados para acesso e utilização pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, foram coletados, transferidos e de qualquer forma tratados de acordo com as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis no Brasil.

11.20.2. É capaz de cumprir com os direitos dos titulares garantidos pela LGPD.

11.20.3. Cumpre com todos os princípios para tratamento de dados pessoais estabelecidos pela LGPD, o que significa que a Emgea apenas compartilha, transfere ou disponibiliza para acesso da CONTRATADA aos dados pessoais que são pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.

11.20.4. Comunicará a ANPD conforme os requisitos da LGPD em caso de incidente.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Indicar um representante responsável pelo Contrato, que realizará seu acompanhamento, atuando como interlocutor principal perante a Emgea.

12.2. Disponibilizar à Emgea, obrigatoriamente, canal de comunicação através de telefone gratuito 0800 ou telefone com ligação de custo local de Brasília-DF, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

12.3. Fornecer à Emgea relação com nome do responsável técnico e da equipe encarregada pela prestação dos serviços contratados, relacionando o nome, endereço, telefones, fax e endereço eletrônico (e-mail) pessoal corporativo e da empresa.

12.4. Comunicar ao fiscal de contrato da Emgea, por escrito, a existência de anormalidades, condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato.

- 12.5. Proceder a todos os levantamentos que se fizerem necessários para o planejamento das atividades a serem executadas.
- 12.6. Atender prontamente e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Emgea.
- 12.7. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos causarem à Emgea ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução dos serviços.
- 12.8. Ressarcir e/ou reparar qualquer dano causado os bens de propriedade da Emgea, desde que, comprovadamente, sejam decorrentes dos serviços executados pela CONTRATADA.
- 12.9. No caso de ressarcimento à Emgea, será indicada por esta uma conta bancária ou outro meio para que a CONTRATADA efetue o ressarcimento, quando for o caso.
- 12.10. Respeitar durante a execução dos serviços, todas as normas, políticas e legislação federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes.
- 12.11. Ser responsável pelos ônus decorrentes de todas as reclamações, ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam ser alegadas por terceiros contra a Emgea, decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 12.12. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive daquelas com deslocamentos dos empregados da CONTRATADA, seja dentro ou fora do Distrito Federal.
- 12.13. Executar os serviços por intermédio de profissionais qualificados e certificados pelo fabricante, de acordo com o Item 16.2 deste Termo de Referência.
- 12.14. Submeter à aprovação da Emgea as intervenções técnicas que possam alterar as configurações ou características da solução de *firewall*, bem como aprovação de laudos e relatórios técnicos, quando for o caso.
- 12.15. A paralisação da prestação dos serviços durante a fase da execução equivale ao descumprimento total das obrigações assumidas, ficando a CONTRATADA obrigada a finalizar as demandas pendentes e deixar os equipamentos e o *software* de gerenciamento em perfeito estado de funcionamento, podendo a Emgea aplicar as sanções previstas no Contrato e na legislação pertinente.
- 12.16. Executar os serviços de acordo com as políticas, normas e procedimentos de segurança existentes na Emgea, e manter a integridade do ambiente tecnológico da Emgea durante a vigência do Contrato.
- 12.17. Responsabilizar-se pelos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros necessários à execução dos serviços, devendo providenciar os meios adequados para execução dos serviços contratados.
- 12.18. Arcar com prejuízos causados à Emgea e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus funcionários na execução dos serviços contratados.
- 12.19. Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados, objeto deste Termo de Referência, em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução.
- 12.20. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Emgea, devendo os técnicos apresentar-se identificados por crachá ou devidamente uniformizados.
- 12.21. Adotar as providências necessárias para que seus funcionários e/ou prepostos observem a Política de Segurança da Informação, o Código de Ética, Integridade e Conduta (<https://www.Emgea.gov.br/Home/Page/9d925815-4516-43a0-af39-dd23adaf46db>), as normas e os procedimentos adotados pela Emgea.
- 12.22. Manter sigilo, garantir a integridade e a disponibilidade dos documentos e informações que, em decorrência do Contrato, estiverem sob a sua guarda, sob pena de responder por perdas e/ou danos causados à Emgea e a terceiros.
- 12.23. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deve cumprir os prazos estabelecidos para prestação dos serviços e demais avenças pactuadas no Contrato a ser assinado, conforme as responsabilidades legais vigentes.
- 12.24. Arcar com todos os encargos sociais trabalhistas, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do Contrato, bem como custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso exista.
- 12.25. Manter profissionais necessários para execução das atividades, com vista ao cumprimento dos prazos, níveis de serviço e em atendimento aos requisitos estabelecidos.
- 12.26. Substituir, sempre que exigido pelo Fiscal de Contrato da Emgea, o representante ou profissional cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Emgea ou ao interesse do serviço público. Neste caso, deverá a contratada providenciar novo profissional, com as mesmas qualificações, experiência e nível de conhecimento do profissional substituído, devidamente comprovadas.
- 12.27. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço.
- 12.28. Observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.
- 12.29. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 12.30. Realizar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes no Termo de Referência.
- 12.31. Prestar todos os esclarecimentos necessários à Emgea oriundos da execução dos serviços contratados e sujeitar-se às orientações do Fiscal do Contrato.
- 12.32. Relatar à Emgea, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, irregularidades ocorridas que impeçam, alterem ou retardem a execução dos serviços contratados, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas.
- 12.33. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 12.34. Atender aos requisitos de sustentabilidade sócio ambiental, previstos nas legislações vigentes.
- 12.35. É vedado à CONTRATADA utilizar o nome da Emgea, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.
- 12.36. É vedado à CONTRATADA reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços sem o consentimento prévio e por escrito da Emgea.
- 12.37. Executar os serviços em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 12.38. Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.
- 12.39. A contar da data do efetivo conhecimento e/ou recebimento da informação disponibilizada pela Emgea, a CONTRATADA obriga-se:
- 12.39.1. Por si, por seus colaboradores e quaisquer outros que venham a obter informações em função do contrato estabelecido, manter o sigilo absoluto das informações, não devendo, de qualquer forma, utilizá-las para fim diverso daquele pelo qual lhe foram disponibilizadas;

- 12.39.2. A instruir devidamente os seus colaboradores quanto às melhores práticas aplicáveis em segurança da informação, bem como treinamento quanto às condutas a serem adotadas para a manutenção do sigilo da informação;
- 12.39.3. A não transportar informações para fora da Emgea sem ser expressamente autorizado por esta, ou quando permitido por força de contrato;
- 12.39.4. A não reproduzir, sem anuência da Emgea, parte ou a totalidade da informação classificada, exceto quando autorizado formalmente ou quando for necessário para o desenvolvimento de suas atribuições na Emgea;
- 12.39.5. A devolver, assim que solicitado pela Emgea ou quando concluído o prazo do contrato firmado, qualquer documento que contenha informação classificada que esteja sob a sua tutela, inclusive notas pessoais envolvendo informação classificada pela empresa, registros e documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob seu controle.
- 12.40. A CONTRATADA garante que:
- 12.40.1. Realiza tratamento dos dados pessoais nos limites e para as finalidades permitidas pelo contrato;
- 12.40.2. Notifica a Emgea, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito, sobre:
- 12.40.2.1. Quaisquer pedidos de um titular em relação aos seus dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a pedidos de acesso e/ou retificação, solicitações de exclusão, e outros pedidos semelhantes, sendo que a CONTRATADA não responderá a tais pedidos, a menos que expressamente autorizado pela Emgea.
- 12.40.2.2. Qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de titular.
- 12.40.2.3. Qualquer incidente relacionado aos dados pessoais tratados em decorrência do contrato.
- 12.40.2.4. Qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais em decorrência do contrato.
- 12.40.3. Cooperar com a Emgea com relação às ações tomadas a partir da notificação descrita no item 12.40.2, e atende, dentro dos limites técnicos razoáveis, às solicitações da Emgea com relação ao atendimento a referidas reivindicações, fornecendo as informações solicitadas no menor prazo possível.
- 12.40.4. Mantém os dados pessoais no mais absoluto sigilo e exige dos seus colaboradores que tratem os dados pessoais com observância dessas obrigações.
- 12.40.5. Limita o acesso aos dados pessoais ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessar referidas informações para fins de cumprir com suas obrigações junto à Emgea.
- 12.40.6. Compromete-se com a segurança dos dados, incluindo medidas técnicas e de governança, que tenham por objetivo proteger os dados pessoais contra incidentes, bem como garantir que essas medidas assegurem um nível de segurança condizente com os riscos apresentados pelo tratamento, a natureza dos dados pessoais e as tecnologias de segurança disponíveis e razoavelmente aplicadas no setor de atuação das partes.
- 12.40.7. Cooperar com a Emgea em caso de qualquer incidente, devendo:
- 12.40.7.1. Adotar todas as medidas necessárias a fim de mitigar qualquer incidente envolvendo os dados pessoais e minimizar possíveis efeitos negativos aos titulares.
- 12.40.7.2. Prover a Emgea com todas as informações necessárias à apuração do ocorrido.
- 12.40.7.3. Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância da Emgea, que deve controlar a redação final dessas comunicações e quem deve realizá-las, observadas as disposições da LGPD.
- 12.40.8. Compromete-se a cumprir com os requisitos da LGPD sempre que for realizar a transferência de dados pessoais para o exterior e/ou para qualquer terceiro.
- 12.41. Mediante solicitação da Emgea, se compromete a conceder acesso a documentos e registros necessários para fins de verificação das obrigações previstas no contrato.

### 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A inexecução total ou parcial dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, com fundamento no artigo 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sujeitará a licitante vencedora, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções:
- 13.1.1. Advertência;
- 13.1.2. Glosa, de forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;
- 13.1.3. Multa, de forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;
- 13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Emgea, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- 13.2. Conforme subitem 3.2.27.12 do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos da Emgea (LG.NOR.008.05), na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:
- 13.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor referente aos serviços previstos no Item 1 do objeto, em caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos para fornecimento do certificado de garantia oficial do fabricante, contados a partir da data de assinatura do contrato, conforme previsto no item 16.1.8.11 deste Termo de Referência.
- 13.2.2. Após o 15º (décimo quinto) dia corrido de atraso e a critério da Emgea, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total do objeto contratado. Neste caso, ficará a CONTRATADA sujeita a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor referente aos serviços previstos no Item 1 do objeto.
- 13.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 13.4. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial do serviço de garantia oficial do fabricante, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato.
- 13.5. Nos casos mencionados no item 13.4 a Emgea oficiará a CONTRATADA, comunicando-lhe a data-limite para a regularização da prestação dos serviços, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.
- 13.6. A aplicação das multas não impede que a Emgea rescinda unilateralmente o Contrato.
- 13.7. Aplica-se à CONTRATADA as sanções dispostas no artigo 6º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no caso de cometer as seguintes condutas:
- 13.7.1. Fraudar o Contrato;
- 13.7.2. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do Contrato, sem autorização em Lei; e
- 13.7.3. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- 13.8. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

#### 14. **DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

14.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Emgea, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.

14.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, configurações, contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Emgea a tais documentos.

14.3. A CONTRATADA deverá tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, bem como utilizá-las para fins diferentes dos previstos na presente contratação.

14.4. Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

14.4.1. Término ou rompimento do Contrato;

14.4.2. Solicitação da Emgea.

#### 15. **RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

15.1. Os processos operacionais do serviço utilizados pela CONTRATADA deverão estar em consonância com as melhores práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução do impacto ambiental, quando for o caso.

15.2. A CONTRATADA deverá, preferencialmente, e em conformidade com as normas legais e regulamentares, participar e se engajar nas iniciativas e ações da Emgea, de caráter socioambiental, nas áreas vinculadas ao desenvolvimento sustentável, quando for o caso.

#### 16. **DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD)**

16.1. Para efeito do contrato, são consideradas as seguintes definições:

16.1.1. “ANPD” - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD e demais leis de proteção de dados no Brasil.

16.1.2. “Controlador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.

16.1.3. “Operador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador.

16.1.4. “Titular” - pessoa física a quem se refere os Dados Pessoais que são objeto de tratamento.

16.1.5. “Dados Pessoais” - dados ou informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável, assim como dados pessoais sensíveis, conforme definidos na LGPD.

16.1.6. “Tratamento” - operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

16.1.7. “Incidente” - acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

#### 16.2. **Tratamento de Dados Pessoais:**

16.2.1. As partes reconhecem que a CONTRATADA, na prestação de serviços do contrato, eventualmente pode realizar o tratamento de dados pessoais. Nessas atividades de tratamento, as partes reconhecem e acordam que a Emgea é o Controlador dos dados pessoais, enquanto a CONTRATADA é operadora dos dados pessoais.

16.2.2. A CONTRATADA trata os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções da Emgea, nos termos do contrato ou para cumprir com a legislação aplicável.

16.2.3. A Emgea garante que o tratamento dos dados pessoais pela CONTRATADA, uma vez que esteja em consonância com as suas instruções, não faz com que a CONTRATADA viole qualquer lei ou regulamento, especialmente a LGPD.

16.2.4. A CONTRATADA deve suspender imediatamente o tratamento dos dados pessoais e notificar imediatamente a Emgea, por escrito, se tomar conhecimento que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viole a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

16.2.5. A CONTRATADA trata os dados pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos do contrato.

#### 16.3. **Responsabilidades:**

16.3.1. As partes concordam que o titular dos dados que sofra um dano decorrente do descumprimento das obrigações previstas no contrato pode ter o direito de receber uma indenização pelos danos sofridos

16.3.2. A CONTRATADA será responsável perante a Emgea por quaisquer danos causados em decorrência de:

I- violação de suas obrigações no âmbito do contrato; ou

II- ii. violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir a Emgea por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários advocatícios, custas processuais e/ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.

16.3.3. Para fins do disposto nesta cláusula, caso a Emgea receba qualquer reivindicação que deva ser indenizada pela CONTRATADA, deve notificar a CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito.

16.3.4. Fica certo e ajustado que nenhuma cláusula de limitação de responsabilidade que tenha sido pactuada entre as partes pode ser invocada, no sentido de limitar o dever de indenização previsto no contrato.

#### 16.4. **Diligência de Conformidade:**

16.4.1. A CONTRATADA se compromete a fornecer à Emgea todas as informações necessárias para demonstrar conformidade com o contrato.

16.4.2. A CONTRATADA permite que a Emgea realize diligências para verificar a conformidade com o contrato, mediante prévia notificação.

16.4.3. A CONTRATADA se compromete a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de diligência sejam tratados adequadamente.

#### 16.5. **Prazo e Rescisão:**

16.5.1. Após o término do contrato, a Emgea pode requerer cópia dos dados pessoais que estejam nos sistemas e em posse da CONTRATADA, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

16.5.2. Após esse período, caso a Emgea não se manifeste, a CONTRATADA realizará a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro dos dados pessoais (seja em formato digital ou físico), exceto na medida em que o seu armazenamento pela CONTRATADA seja exigido pela legislação aplicável. Nos casos de dados pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do

sistema, a CONTRATADA excluirá os dados pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.

16.5.3. Caso a Emgea requeira a cópia dos dados pessoais, no momento que a CONTRATADA concluir a disponibilização, a Emgea deve assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu de acordo com o contrato e que a CONTRATADA não possui qualquer obrigação adicional.

#### 16.6. Disposições Gerais:

16.6.1. As partes reconhecem que, na vigência e execução do contrato, existem determinadas responsabilidades da CONTRATADA que implicam no tratamento de dados pessoais, a fim de adequá-lo às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e da Política de Segurança de Informação.

16.6.2. O contrato constitui o meio apropriado para regular o tratamento de dados pessoais e substitui todos previamente celebrados entre a Emgea e a CONTRATADA para esta finalidade, se houver.

16.6.3. Sem prejuízo do disposto, a CONTRATADA pode coletar, utilizar e compartilhar os dados pessoais objeto do contrato para propósitos legítimos como:

- I- fornecer, desenvolver, aperfeiçoar e manter os serviços prestados;
- II- investigar fraudes, atividades ilícitas, *spam*, uso ilegal dos serviços; e/ou
- III- conforme determinado por lei ou regulamentação aplicável.

16.6.4. Nesses casos, a CONTRATADA é responsável pelo tratamento dos dados pessoais e os trata em conformidade com a Política de Privacidade e a Política de Segurança de Informação da Emgea e com a legislação aplicável.

16.6.5. A violação de segredo da Emgea implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.

16.6.6. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a Emgea, e abrangem, além das informações de que a CONTRATADA venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

#### 17. DA HABILITAÇÃO

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme condições a seguir estabelecidas:

17.1.1. Como condição prévia à contratação, a CONTRATADA deverá apresentar documentação de habilitação, dentro do prazo de validade e/ou regular, a fim de que a Emgea verifique eventual existência de sanção que impeça a contratação pretendida, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- d) Cadastro Informativo de Débitos não Quitados - CADIN, de que trata a Lei nº 10.522/2002;

17.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.1.3. Em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à trabalhista, em analogia ao disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, consultar-se-á o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o proponente esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF, ou, ainda, quando não for credenciado nesta plataforma.

17.1.4. Caso a CONTRATADA não esteja cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, deverá apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista.

##### 17.1.5. Habilitação Jurídica:

17.1.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.1.5.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

17.1.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

17.1.5.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

17.1.5.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 6.204/2007 e da Instrução Normativa nº. 81, de 10 de junho 2020, do Departamento Nacional de Registro de Registro Empresarial e Integração - DREI;

17.1.5.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

17.1.5.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a sucursal, filial ou agência;

17.1.5.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

17.1.5.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

##### 17.1.6. Regularidade fiscal e trabalhista:

17.1.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.1.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

17.1.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.1.6.4. Prova de regularidade trabalhista;

17.1.6.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital;

17.1.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da contratada.

##### 17.1.7. Qualificação econômico-financeira:

- 17.1.7.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da contratada.
- 17.1.7.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a contratada deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 17.1.7.3. A certidão, referida no subitem 16.1.7.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
- 17.1.7.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da contratada.
- 17.1.7.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- 17.1.7.6. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 17.1.7.7. Caso a CONTRATADA seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 17.1.8. **Habilitação técnica:**
- 17.1.8.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a CONTRATADA deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes, compatíveis e nos quantitativos iguais ou superiores ao objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação de **Atestado (s) de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto desta contratação em território nacional, na forma do art. 58, inciso II, da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016.
- 17.1.8.2. A CONTRATADA disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 17.1.8.3. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado, devendo o (s) documento (s) conter a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato - ou qualquer outra forma de contato - além do nome e assinatura do Representante Legal da Atestante.
- 17.1.8.4. A Emgea poderá realizar diligência na empresa vencedora e na empresa ou órgão que fornecer o atestado de capacidade técnica para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo o(s) envolvido(s) responder administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas. Na diligência poderão ser solicitados documentos tais como contratos, ordens de serviços, notas fiscais e outros que comprovem os serviços prestados no atestado fornecido.
- 17.1.8.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 17.1.8.6. Não serão aceitos Atestados de Capacidade de Técnica que não comprovem a aptidão da CONTRATADA para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 17.1.8.7. Para fins de comprovação de capacidade técnica, os atestados deverão conter a descrição detalhada dos serviços realizados que comprove que a CONTRATADA possui capacitação técnica para executar os serviços previstos nesta contratação.
- 17.1.8.8. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.
- 17.1.8.9. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de capacidade, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação.
- 17.1.8.10. A soma dos atestados de capacidade técnica deve comprovar que a CONTRATADA prestou serviços compatíveis com os descritos neste Termo de Referência.
- 17.1.8.11. A licitante classificada deverá apresentar o certificado de **“Garantia Oficial”** junto ao fabricante *Check Point* no momento da assinatura do Contrato.
- 17.1.8.12. O certificado deve estar em nome da Emgea e cobrir todo o período de vigência do contrato.
- 17.1.8.13. A não observância deste item poderá ensejar em penalidades à CONTRATADA.
- 17.1.8.14. A CONTRATADA deverá encaminhar o arquivo digital contendo o certificado de garantia oficial emitido pelo fabricante para a Superintendência de Tecnologia – Sutech da Emgea.
- 17.1.8.15. A fim de assegurar a manutenção da garantia oficial e a prestação dos serviços de suporte técnico credenciados pelo fabricante durante a vigência do contrato, a licitante classificada deverá apresentar **“Declaração ou Certificado de Parceiro Autorizado”** vigente, emitido pelo fabricante *Check Point*, no momento da assinatura do Contrato, e deverá mantê-lo válida durante toda a vigência do Contrato.
- 17.1.8.16. A licitante vencedora deve constar, obrigatoriamente, na relação oficial de parceiros autorizados do fabricante *Check Point*, disponível para consulta no site eletrônico oficial do fabricante, enquadrando-se em uma das seguintes categorias de parceria em serviços: **“Check Point Elite Partner” ou “Check Point Premier Partner”**.
- 17.1.8.17. A não observância deste item poderá ensejar em multas e penalidades à CONTRATADA.
- 17.2. Para fins de assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a relação nominal dos profissionais que poderão atuar na execução dos serviços, os quais deverão possuir, **no mínimo**, uma das seguintes certificações oficiais da Check Point, em **versão R81.x ou superior**, quando aplicável:
- a) *Check Point Certified Security Administration (CCSA)*;
  - b) *Check Point Certified Security Expert (CCSE)*;
  - c) *Check Point Certified Security Master (CCSM)*;
  - d) *Check Point Certified Endpoint Specialist (CCES)*.
- 17.3. A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, a comprovação da qualificação técnica e das certificações dos profissionais alocados, devendo apresentar tal comprovação sempre que solicitada pela Emgea, como condição para a continuidade da execução contratual.
18. **DA VISTORIA**
- 18.1. Será facultada às empresas interessadas, por meio dos seus respectivos representantes, vistoria às instalações da Emgea para tomar conhecimento das condições locais para execução dos serviços contratados nos equipamentos de *firewall* e no *software* de gerenciamento centralizado listados no ANEXO III deste Termo de Referência, oportunidade em que será fornecida a “Declaração de Vistoria”.
- 18.1.1. Caso a vistoria não seja realizada, a licitante assumirá todos os ônus decorrentes dos serviços a serem prestados.
- 18.2. A licitante poderá realizar vistoria em horário comercial, de segunda à sexta-feira, das 09:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, na sede da Emgea, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta.
- 18.3. A vistoria deverá, obrigatoriamente, ser realizada por representante da licitante em data e horário previamente agendado, que tenha conhecimento suficiente para identificar com clareza os recursos necessários que deverão ser utilizados no objeto da contratação em comento, de forma a

possibilitar a correta formulação da proposta comercial a ser apresentada.

18.4. O agendamento deverá ser realizado por meio do e-mail [sutec@emgea.gov.br](mailto:sutec@emgea.gov.br), ou ainda, pelo telefone (61) 3214-4845 para falar com a Superintendência de Tecnologia - Sutech.

18.5. O representante da licitante designado para realizar a vistoria deverá apresentar à Emgea, no momento da visita, documento oficial de identificação, bem como autorização emitida pelo licitante para a realização de vistoria.

18.6. Para as licitantes que optarem pela não realização da vistoria, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao detalhamento, especificações e obrigações que compõe a contratação, ficando a futura CONTRATADA obrigada a executar o contrato nos termos dispostos neste Termo de Referência e seus anexos.

18.7. É de responsabilidade da licitante o dimensionamento de sua proposta, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais alterações no valor do objeto licitado.

18.8. Quando da vistoria ao local, a licitante deverá inteirar-se de todos os aspectos referentes à execução dos serviços.

18.9. Ao final da vistoria o representante da licitante deverá assinar a “Declaração de Vistoria”, conforme modelo do ANEXO III deste Termo de Referência, a qual será juntado ao dossiê da contratação.

18.10. Não haverá visita sem prévio agendamento e em mesma data/horário por mais de uma licitante.

## 19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. A fiscalização do presente instrumento será exercida por representantes da Emgea, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e dar ciência à Administração.

19.2. A fiscalização de que trata o subitem 18.1 não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Emgea ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do futuro contrato, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

19.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, da alocação dos recursos necessários e dos *softwares*, equipamentos, peças e componentes entregues, em substituição a item defeituoso, em conformidade com o esperado e dentro do estabelecido neste Termo de Referência.

19.4. A Emgea reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, por meio de representante designado para esse fim, com fundamento na forma do artigo 40, inciso VII da Lei nº 13.303/2016, e no Normativo da Emgea, LG.NOR.008.

19.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, ANEXOS e termos integrantes.

19.6. A apuração das entregas dos serviços não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

- a) Períodos de interrupção previamente acordados;
- b) Interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução das atividades (exemplo: suprimento de energia);
- c) Motivos de força maior.

19.7. Atestar a nota fiscal faturável, de acordo com a respectiva demanda, verificando os indicadores de glosa.

## 20. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

- 20.1.1. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 20.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;
- 20.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- 20.1.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

## 21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. É vedada a subcontratação para todos os serviços previstos neste Termo de Referência.

## 22. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

22.1. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme art. 71 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

## 23. DA RESCISÃO DO CONTRATO

23.1. A rescisão do contrato se dá:

- I- De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II- Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Emgea e a CONTRATADA;
- III- Por determinação judicial.

23.2. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I- O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II- A decretação de extinção, falência ou a instauração de insolvência civil;
- III- O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- IV- A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V- Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI- Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da Emgea, direta ou indiretamente.

23.3. A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos III, IV, V e VI será efetivada após o regular processo administrativo.

23.4. Os efeitos da rescisão do Contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

23.5. Havendo a rescisão do Contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao serviço contratado.

## 24. DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento dos serviços referentes ao Item 1 será realizado em parcela única, em até 8 (oito) dias úteis após ateste da Nota Fiscal, mediante

entrega do certificado de garantia oficial do fabricante pela CONTRATADA.

24.2. O pagamento dos serviços referentes ao Item 2 será realizado em 60 (sessenta) parcelas iguais mensais, em até 8 (oito) dias úteis após ateste da Nota Fiscal, mediante entrega do relatório técnico mensal pela CONTRATADA.

24.3. Para o Item 2, a CONTRATADA deverá discriminar nas notas fiscais/faturas todos os chamados que foram atendidos no período.

24.4. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na Nota Fiscal/Fatura, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

24.5. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data de sua reapresentação.

24.6. Nenhum pagamento será realizado pela Emgea sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, para comprovação de regularidade fiscal da CONTRATADA.

24.7. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a Emgea deverá advertir, por escrito, a CONTRATADA para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

24.8. O prazo disposto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Emgea.

24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência para efeito de pagamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na Emgea e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

24.10. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal a devida declaração, de acordo com a SRF nº 1.540, de 05 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial de 06, de janeiro de 2015, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

## 25. DO REAJUSTE

25.1. Considerando que o pagamento do Item 1 será realizado em parcela única durante a vigência do contrato, não incidirão reajustes sobre esse item.

25.2. Os preços inicialmente contratados para o Item 2 são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do contrato.

25.3. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais referentes ao Item 2 poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da CONTRATADA, pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Emgea pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

25.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

25.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 26. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

26.1. Estima-se o custo total da contratação XXXXXXXXXXXXXXX, a ser pago pela Emgea à CONTRATADA conforme condições estabelecidas no Item 23 deste Termo de Referência.

26.2. Nos valores estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

26.3. Os valores são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA serão estabelecidos após conclusão do processo de contratação.

Lote	Item	Descrição dos Serviços	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Serviço de garantia oficial do fabricante para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	1		
	2	Serviço mensal de suporte técnico credenciado pelo fabricante, a ser prestado por empresa contratada credenciada e/ou pelo fabricante, para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, em regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	60		
VALOR TOTAL (R\$)						

Tabela 4: Valores estimados para contratação dos serviços.

## 27. DA MATRIZ DE RISCOS

27.1. Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos à parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, a Emgea e a CONTRATADA identificam os riscos decorrentes desta relação e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz constante do ANEXO VI do Termo de Referência.

## 28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. Os recursos orçamentários estão previstos no Programa de Dispendios Globais – PDG da Emgea para 2026, aprovado pelo Decreto 12.804, de 29.12.2025, e estão classificados da seguinte forma: Conta Contábil 452.06.06 – Despesas Serv. Terc. Equipamento TI, Rubrica Orçamentária 2.205.010.000 – Serviços de Terceiros Tecnologia da Informação, Item Orçamentário 1080 – Manutenção de Equipamentos e Sistemas TI, Centro de Resultado 03.00.17 – Tecnologia.

## 29. ANEXOS

- 29.1. ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
- 29.2. ANEXO II - LISTA DE COMPATIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS
- 29.3. ANEXO III - TERMO DE VISTORIA
- 29.4. ANEXO IV - ORDEM DE SERVIÇO
- 29.5. ANEXO V - PLANILHA DE PREÇOS
- 29.6. ANEXO VI - ANÁLISE DE RISCOS

À consideração superior,

Fernando de Moraes Jardim  
Superintendente Executivo da SuteC

Roberta Toledo Vaz  
Gerente da Gered

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 1. ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO DE FIREWALL

1.1. Solução integrada de *firewall* com características de *Next Generation Firewall (NGFW)* que inclui:

1.1.1. 2 (dois) equipamentos *Check Point*, do tipo *firewall appliance*, modelo **Quantum Force 9100 Plus (CPAP-SG9100-PLUS-SNBT)**, números de série: **2427BA1186 e 2427BA1098**;

1.1.2. Cada equipamento possui:

- a) 8 (oito) portas 10/100/1000 Base-T RJ-45.
- b) 1 (um) slot de expansão contendo 8 (oito) portas 10 Gbps, com seus respectivos *transceivers* para todas as portas 10 Gbps ofertadas.
- c) 1 (uma) porta 10/100/1000 Base-T RJ-45 dedicada para sincronização/alta disponibilidade.
- d) 1 (uma) porta 10/100/1000 Base-T RJ-45 para gerenciamento local, SNMP, logs e integração a gerência centralizada.
- e) 1 (uma) porta 10/100/1000 Base-T RJ-45 para console.
- f) 1 (uma) porta USB Tipo-C para console.
- g) 2 (duas) portas USB 3.0 Tipo-A.
- h) 1 (uma) porta RJ-45 LOM (*Lights-Out Management*).
- i) 2 (duas) unidades internas de alimentação de energia redundantes 100/240V.

1.1.3. A solução atual de *firewall*, de propriedade da Emgea, possui as características técnicas descritas na tabela abaixo, conforme AccountID de número 8860187.

Appliances/Subscrição		
Part Number	Descrição	Quantidade
CPAP-SG9100-PLUS-SNBT	Appliance de NGFW modelo 9100-PLUS.	2
CPAC-TR-10SR-B	Transceivers 10GE SFP+ para appliance de NGFW modelo 9100.	8
CPSB-SNBT-9100-PLUS	Subscrição com pacote de segurança SNBT para appliance modelo 9100-PLUS.	2
CPES-SS-STANDARD	Suporte e garantia do fabricante para appliance de NGFW modelo 9100	1
Additional Blades		
Part Number	Descrição	Quantidade
CPSB-MOB-200	Subscrição de Mobile Access (SSL VPN) para 200 conexões simultâneas.	2
Gerência e Eventos/correlação		
Part Number	Descrição	Quantidade
CPSM-NGSM5	Next Generation Security Management Software para 5 gateways (SmartEvent e Compliance inclusos por 1 ano)	1

Tabela 1: *Part Numbers* dos equipamentos, componentes e módulos da solução de *firewall* da Emgea.

1.1.4. O Item 1 do Lote 1 da tabela de descrição do objeto é composto por garantia oficial do fabricante *Check Point* para a solução de *firewall* instalada nas dependências da Emgea, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme produtos cadastrados na AccountID de número 8860187, listados na tabela abaixo com seus respectivos *Part Numbers*:

Appliances/Subscrição		
Part Number	Descrição	Quantidade

CPSB-SNBT-9100-PLUS	Subscrição com pacote de segurança SNBT para appliance modelo 9100-PLUS pelo período de 60 (sessenta) meses.	2
CPSB-MOB-200	Subscrição de Mobile Access (SSL VPN) para 200 conexões simultâneas, pelo período de 60 (sessenta) meses.	2
CPES-SS-STANDARD	Suporte e garantia do fabricante para 2 (dois) appliances de NGFW modelo 9100-PLUS (CPAP-SG9100-PLUS) e acessórios, incluindo placas de expansão e transceivers, pelo período de 60 (sessenta) meses.	1
<b>Gerência e Eventos/correlação</b>		
<b>Part Number</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
CPSB-EVS-5	Subscrição, suporte e garantia para Correlacionador de eventos e relatórios <i>Next Generation Security SmartEvent Software</i> para 5 gateways, pelo período de 60 (sessenta) meses.	1
CPES-SS-STANDARD	Suporte e garantia do fabricante para Gerenciamento <i>Next Generation Security Management Software</i> para 5 gateways, pelo período de 60 (sessenta) meses.	1

Tabela 2: *Part Numbers* dos equipamentos, componentes e módulos a serem contratados para a solução de *firewall* da Emgea, pelo período de 60 (sessenta) meses.

- 1.1.5. A solução opera nos seguintes modos: redundância (ativo/passivo) e clusterização (ativo/ativo).
- 1.1.6. A solução suporta virtualização do *appliance* em suas instâncias de *firewall*.
- 1.1.7. A solução possui *software* de gerenciamento centralizado para todos os módulos licenciados.
- 1.1.8. Demais características da solução:
- 1.1.8.1. Módulo de Gerenciamento Centralizado e Relatórios;
- 1.1.8.2. Controle de Aplicação;
- 1.1.8.3. Administração de largura de banda (QoS);
- 1.1.8.4. Balanceamento de *links*;
- 1.1.8.5. Suporte a conexões VPN IPSec, Site-to-Site e SSL;
- 1.1.8.6. NAT;
- 1.1.8.7. IDS/IPS;
- 1.1.8.8. Prevenção contra ameaças (*Threat Prevention*) de vírus, *spywares* e *malwares* "Zero Day" (incluindo *ransomwares*);
- 1.1.8.9. Controle de Transmissão de Dados e Acesso à Internet;
- 1.1.8.10. Filtro de URL;
- 1.1.8.11. Licenças para conexão remota de usuário via VPN (*Remote Secure Access/Mobile access*), suportando 200 (duzentas) conexões simultâneas.

## ANEXO II

### LISTA DE COMPATIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	SWITCH ALCATEL-LUCENT ENTERPRISE OS6900-V48C8	2
2	SWITCH ALCATEL-LUCENT ENTERPRISE OS6560-P48X4	1

Tabela 1: Relação de equipamentos para compatibilidade da solução de *firewall*.

#### 1. Switch Alcatel-Lucent Enterprise OS6900-V48C8

- 1.1. Quantidade: 2 (dois);
- 1.2. Os equipamentos possuem dimensões de 19" (dezenove polegadas), montado em rack;
- 1.3. 48 (quarenta e oito) portas SFP28;
- 1.4. 8 (oito) portas QSFP28;
- 1.5. 1 (uma) porta Ethernet *out-of-band*;
- 1.6. 1 (uma) porta USB;
- 1.7. 1 (uma) porta de console;
- 1.8. Processador Intel Xeon D-1518 2.2 GHZ/Quad-core;
- 1.9. Flash Storage de 64 GB;
- 1.10. SDRAM de 16 GB;
- 1.11. Capacidade de comutação de 4 Tb/s.

#### 2. Switch Alcatel-Lucent Enterprise OS6560-P48X4

- 2.1. Quantidade: 1 (um);
- 2.2. 48 (quarenta e oito) portas 10/100/1000 RJ-45 PoE+;

- 2.3. 2 (duas) portas 1 GigabitEthernet SFP+;
- 2.4. 4 (quatro) portas 1/10 GigabitEthernet SFP+ para *uplink/stacking*;
- 2.5. 1 (uma) porta USB;
- 2.6. 1 (uma) porta de console;
- 2.7. Suporte a IEEE 1588v2 PTP;
- 2.8. Capacidade de comutação de 216 Gb/s.

ANEXO III  
TERMO DE VISTORIA

Declaramos para fins, que o Sr. xxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxx, representante indicado pela empresa xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxx, visitou nesta data as dependências da Empresa Gestora de Ativos – Emgea, onde tomou conhecimento das instalações da Emgea, do local onde estão instalados atualmente os equipamentos de *firewall* do tipo *appliance*, do ambiente de instalação do *software* de gerenciamento centralizado, e esclareceu todas as dúvidas sobre a execução dos serviços a serem prestados nesta contratação.

A empresa acima citada declara que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria, para solicitar qualquer alteração no valor do Contrato que viermos a celebrar, caso seja a vencedora do certame.

Brasília, xx de xxxxx de 2026.

ANEXO IV  
ORDEM DE SERVIÇO

CONTRATO Nº	Nº Ordem de Serviço: <Número do chamado registrado no Sistema de demandas da EMGEA - SISADE>	Equipamento:	Patrimônio:
Nome Solicitante:	Área:		Ramal contato:
Data da solicitação:	Outras informações:		

Descrição do Problema:  
Descrição da Atividade a ser executada:

Responsável Técnico pela Execução da Atividade:	
Data de Início:	Horário Início:
Data Término:	Horário Término:

Situação da ordem de serviço:

Executada Não Executada Equipamento recolhido ao laboratório da contratada

Motivo:	

Outros

No caso de “outros”, favor especificar o motivo.


Equipamento de backup

Data de entrega:	Data do recolhimento:
Observações:	

Aplicação de multa

Motivo:

Visto de Conclusão:

Responsável Técnico:	Data:	Horário:
Fiscal do CONTRATO:	Data:	Horário:

ANEXO V  
PLANILHA DE PREÇOS

Valores Estimados em Reais (R\$)

Lote	Item	Descrição dos Serviços	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Serviço de garantia oficial do fabricante para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	1		
	2	Serviço mensal de suporte técnico credenciado pelo fabricante, a ser prestado por empresa contratada credenciada e/ou pelo fabricante, para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, em regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	60		
VALOR TOTAL (R\$)						

Tabela 1: Valores estimados para contratação dos serviços.

ANEXO VI  
ANÁLISE DE RISCOS

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Prestação de serviços por colaborador com desvios éticos	Risco de compras e contratações	§ Fraude em compras e contratações.	§ Treinamento, workshop e orientações sobre ética. § Regulamento, normas e procedimentos internos. § Legislação vigente. § Instrumentos contratuais. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	Médio	Médio
Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios	Risco de compras e contratações	§ Necessidade de novo processo licitatório. § Não prestação dos serviços que seriam contratados. § Solução tecnológica em produção sem amparo dos serviços de garantia e suporte técnico.	§ Equipe da Licitação. § Análise do procedimento licitatório pelas unidades envolvidas da Emgea.	Médio	Médio
Inobservância de normas externas	Risco de conformidade	§ Utilização de solução tecnológica em desconformidade com normas externas. § Penalidades e sanções administrativas.	§ Monitoramento do ambiente regulatório. § Aplicação das recomendações observadas em normas externas.	Médio	Médio

Inobservância de normas internas	Risco de conformidade	§ Configurações na solução tecnológica em desconformidade com as normas internas.	§ Atualização de políticas e normas internas.	Médio	Médio
Concentração de conhecimento	Risco de conformidade	§ Utilização de solução tecnológica em desconformidade com normas externas. § Penalidades e sanções administrativas.	§ Repasse de conhecimento para os colaboradores da Emgea durante a execução dos serviços.	Baixo	Médio
Não adoção de providências para implantar medidas necessárias ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares	Risco de conformidade	§ Penalidades e sanções administrativas. § Penalidades e sanções legais.	§ Observação e aplicação das recomendações do fabricante. § Monitoramento do ambiente regulatório.	Baixo	Médio
Descontinuidade de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Interrupção na prestação dos serviços. § Realização de um novo procedimento licitatório.	§ Instrumentos contratuais § Fiscais de contratos	Baixo	Médio
Falha na prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Falha na prestação dos serviços. § Indisponibilidade parcial ou total da solução tecnológica. § Indisponibilidade parcial ou total de outros ativos tecnológicos.	§ Instrumentos contratuais. § Prestação dos serviços por empresa credenciada pelo fabricante. § Prestação dos serviços por técnicos certificados pelo fabricante.	Baixo	Médio
Interrupção temporária de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Indisponibilidade parcial ou total da solução tecnológica.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	Baixo	Médio
Prestação de serviço em desacordo com o contratado	Risco de terceiro	§ Falha na prestação dos serviços. § Indisponibilidade parcial ou total da solução tecnológica. § Indisponibilidade parcial ou total de outros ativos tecnológicos.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	Baixo	Médio
Perda ou danos em ativos físicos	Risco de infraestrutura	§ Indisponibilidade ou danos aos equipamentos que compõem a solução tecnológica.	§ Instrumentos contratuais. § Substituição de equipamento danificado por um novo (serviço de garantia).	Baixo	Médio
Não atendimento de demandas de suporte técnico ou atendimento intempestivo e/ou com baixa qualidade	Risco de infraestrutura	§ Falta de prestação dos serviços contratados. § Aumento do período de indisponibilidade de equipamento ou <i>software</i> que compõe a solução tecnológica.	§ Instrumentos contratuais. § Prestação dos serviços por empresa credenciada pelo fabricante. § Prestação dos serviços por técnicos certificados pelo fabricante.	Baixo	Médio
Furto/roubo de bens ou valores	Risco de integridade	§ Furto/roubo ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores.	§ Instrumentos contratuais. § Supervisão da Emgea sobre os técnicos da Contratada. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	Médio	Médio
Uso indevido da informação	Risco de integridade	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento.	§ Instrumentos contratuais. § Trilhas de auditoria nos sistemas e/ou serviços de TI. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	Baixo	Médio

Apropriação indébita	Risco de integridade	§ Apropriação de equipamentos ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores.	§ Instrumentos contratuais. § Supervisão da Emgea sobre os técnicos da Contratada. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	Baixo	Médio
Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	Risco de segurança da informação	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento.	§ Instrumentos contratuais. § Trilhas de auditoria nos sistemas e/ou serviços de TI. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	Médio	Alto
Ataques cibernéticos	Risco de segurança da informação	§ Roubo de dados. § Sequestro de dados. § Vazamento de dados. § Indisponibilidade de ativos e/ou serviços de TI. § Disseminação de vírus ou malwares para a rede corporativa. § Danificação de sistemas operacionais por vírus ou malwares.	§ Revisão periódica das configurações e políticas implementadas na solução tecnológica. § Capacitação da equipe de tratamento à incidentes. § Aplicação de contingência dos principais recursos de TI. § Definição de níveis de acesso lógico. § Backup de mídias em ambiente externo à Empresa / Restauração de backup. § Divulgação periódica de boas práticas de segurança da informação. § Norma de sigilo aplicável a empregados, prestadores de serviços, fornecedores, fornecedores em pré-venda, parceiros e clientes. § Utilização de ferramentas de TI contra crimes cibernéticos ( <i>Firewall</i> , Antivírus, Antispam, etc.).	Médio	Alto

Tabela 1: Descrição dos riscos relacionados à contratação e prestação dos serviços.

## ANEXO II DO EDITAL

### MINUTA DO CONTRATO

#### CONTRATO Nº X /2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A – EMGEA E .....

A **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. – EMGEA**, empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, conforme autorização prevista no art. 7º da Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001, atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado pela Ata da 24ª Assembleia Geral Extraordinária, de 22 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 2024, com sede no Setor Bancário Sul - SBS, Quadra 02, bloco “B”, em Brasília/DF, CEP.: 70.070-902, cadastrada sob o CNPJ/MF nº 04.527.335/0001-13 e Inscrição Estadual nº 07.423.948/001-92, representada por seu Diretor-Presidente, **Sr. FERNANDO DAMATA PIMENTEL**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº. 1.\*\*\*.\*\*\*0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº. \*\*\*.845.316-\*\*, residente em Belo Horizonte/MG e domiciliado em Brasília/DF, designado pelo Conselho de Administração da **Emgea**, conforme Ata nº 154, com prazo de gestão unificado de 24 de dezembro de 2025 a 8 de abril de 2027, e Termo de Posse de 24 de dezembro de 2025, e pelo Diretor de Administração, **Sr. MARTVS ANTONIO ALVES DAS CHAGAS**, brasileiro, divorciado, Graduado em Ciências Sociais, portador da Carteira de Identidade nº. 6.\*\*\*.\*\*\*3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº. \*\*\*.583.536-\*\*, residente em Juiz de Fora/MG e domiciliado em Brasília/DF, designado pelo Conselho de Administração da **Emgea**, conforme Ata nº 140 da Reunião Extraordinária realizada em 9 de abril de 2025, e Termo de Posse de 9 de abril de 2025, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado ....., cadastrada(o) no CNPJ/MF sob o nº ....., estabelecida(o) na ....., bairro....., CEP.: ....., neste ato representada(o) pelo Sr. ...., portadora(o) do CPF nº ..... e do RG ....., daqui por diante denominada(o) **CONTRATADA(O)**, resolvem celebrar o presente Contrato, para atender às necessidades da **CONTRATANTE**, em conformidade com o que consta do **Processo SEI nº 10034.010991/2025-61** referente ao **Pregão Eletrônico nº 000xx/2026**, que te por

objeto a prestação dos serviços de garantia oficial da solução de *firewall* Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, instalada nas dependências da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, e dos serviços de suporte técnico credenciado, em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses, com fundamento na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme condições previstas neste Contrato e seus anexos, vinculados ao Edital do Pregão nº 000xx/2026, passando a proposta da **CONTRATADA**, independentemente de sua transcrição, a fazer parte integrante e complementar deste Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de garantia oficial da solução de *firewall* Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, instalada nas dependências da Empresa Gestora de Ativos S.A. – Emgea, e dos serviços de suporte técnico credenciado, em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses, para atender a Empresa Gestora de Ativos S.A. Emgea.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Lote	Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	Qtde.
1	1	Serviço de garantia oficial do fabricante para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	1
	2	Serviço mensal de suporte técnico credenciado pelo fabricante, a ser prestado por empresa contratada credenciada e/ou pelo fabricante, para a solução de <i>firewall</i> Next Generation Firewall Check Point Quantum Force 9100 Plus, em regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), pelo período de 60 (sessenta) meses.	Serviço	60

2.1. A especificação técnica detalhada da solução de *firewall* está descrita no anexo I do Termo de Referência.

2.2. **O serviço de garantia oficial do fabricante compreende:**

2.2.1. Garantia de funcionamento dos equipamentos do tipo appliance (Marca/Modelo: Check Point Quantum Force 9100 Plus), com substituição, por modelo igual ou superior, em caso de defeito, descontinuidade, fim de ciclo de vida determinado pelo fabricante ou falhas que comprometam o funcionamento parcial ou total da solução.

2.2.2. Garantia de funcionamento e licenciamento de uso do software de gerenciamento centralizado da solução de *firewall* e todos os módulos licenciados, incluindo o fornecimento e a instalação de novas versões, atualizações, correções, patches, firmwares e drivers.

2.2.3. Fornecimento e manutenção do certificado de garantia oficial do fabricante, conforme exigências contidas no item 16.1.8.11 do Termo de Referência.

2.2.4. Realização de upgrades nos equipamentos do tipo appliance durante a vigência contratual, visando manter a solução atualizada, segura e aderente às recomendações do fabricante.

2.3. **O serviço de suporte técnico credenciado pelo fabricante, a ser prestado pela contratada e/ou pelo fabricante, compreende:**

2.3.1. Manutenção preventiva e corretiva da solução de *firewall*.

2.3.2. Otimização e ajustes nas configurações, como regras de acesso, filtros de segurança, inspeção HTTPS, NAT, balanceamento de links, VPN, QoS, IDS/IPS e demais funcionalidades da solução.

2.3.3. Entrega de documentação contendo o planejamento e o plano de ação relativo às intervenções a serem realizadas.

2.3.4. Documentação dos serviços executados.

2.3.5. Migração dos equipamentos e componentes para outro local nas dependências da Empresa, sempre que necessário e sob demanda da Emgea.

2.3.6. Instalação das atualizações de versão do software de gerenciamento da solução.

2.3.7. Instalação de novas versões de drivers, firmwares ou outros elementos lógicos para os equipamentos, componentes e peças que compõem a solução.

2.3.8. Implementação e manutenção de painéis de monitoramento em tempo real (dashboards), contendo informações de eventuais ataques, emissão de alertas, envio de e-mail, etc.

2.3.9. Realização de testes nos equipamentos para identificação de inconsistências, vulnerabilidades, falhas de configuração, sistema ou arquitetura, com proposição de melhorias e otimizações na solução de *firewall*, em conformidade com as melhores práticas do fabricante e de segurança da informação.

2.3.10. Treinamento da solução de *firewall*, a ser ministrado pela CONTRATADA ou pelo fabricante, para 4 (quatro) participantes a serem indicados pela Superintendência de Tecnologia – Sutech da Emgea, na modalidade “hands-on”.

2.4. Os Itens 1 e 2 do Lote 1 desta contratação são complementares e garantem o funcionamento da solução de *firewall* como um todo, satisfazendo sua plena operação pelo prazo contratado.

2.5. A CONTRATADA deve sempre aplicar as melhores práticas e recomendações do fabricante para execução dos serviços contratados, de forma a manter e preservar a garantia oficial do fabricante durante toda a vigência do contrato.

2.5.1. A CONTRATADA deve registrar todos os chamados abertos para atendimento dos serviços de garantia e suporte técnico durante a vigência do contrato. Concluído o serviço, a CONTRATADA deve relatar as atividades realizadas e, sempre que possível, repassar o conhecimento técnico aplicado para a equipe técnica da Emgea.

2.6. A CONTRATADA deve manter o licenciamento dos softwares e appliances, de acordo com as características da solução definidas neste Edital, durante toda a vigência do contrato.

2.7. Sempre que necessário a Emgea solicitará à CONTRATADA configuração, reconfiguração de linhas de códigos, *zone(s)*, *LUN(s)* e análise para identificação e correção de erros.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme art. 71 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

- 4.1. O valor global estimado do Contrato é de R\$ ..... (.....).
- 4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1. Os recursos orçamentários estão previstos no Programa de Dispendios Globais – PDG da EMGEA para o exercício 2026, aprovado pelo Decreto nº 12.804, de 29.12.2025, e estão classificados, da seguinte forma:

Conta Contábil	Rubrica Orçamentária	Item Orçamentário
452.06.06 – Despesas Serv. Terc. Equipamento TI	2.205.010.000 - Serviços de Terceiros Tecnologia da Informação	1080 - Manutenção de Equipamentos e Sistemas TI

6. **CLÁUSULA SEXTA – DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NMSE)**

- 6.1. Para abertura e atendimento de chamados.
- 6.1.1. A abertura e o atendimento de chamados deverão estar disponíveis em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), todos os dias do ano, atendendo aos seguintes níveis de severidade:

Severidade	Descrição	Prazo para início do atendimento	Prazo para solução definitiva do chamado
Alta	Aplicada quando há indisponibilidade total ou comprometimento de desempenho ou funcionalidade da solução de <i>firewall</i> .	2 (duas) horas, contadas a partir da data de abertura do chamado.	4 (quatro) horas, contadas a partir da data de abertura do chamado.
Média	Aplicada quando há um alerta, mas o equipamento/componente ainda se encontra operacional, sem comprometimento de desempenho ou funcionalidade da solução; e quando da solicitação de desligamento e ligamento da solução.	4 (quatro) horas, contadas a partir da data de abertura do chamado.	12 (doze) horas, contadas a partir da data de abertura do chamado.
Baixa	Aplicada para solicitação de configuração, manutenções preventivas e evolutivas, de migração física da solução, de esclarecimentos técnicos relativos ao uso e aprimoramento da solução. Não haverá abertura de chamado com esta severidade em sábados, domingos e feriados.	1 (um) dia útil, contado a partir da data de abertura do chamado.	2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de abertura do chamado.

- 6.2. Serão considerados, para efeito do nível mínimo de serviço exigido:
- 6.2.1. Término do atendimento: tempo decorrido entre a abertura do chamado pela Emgea e a solução definitiva da demanda pela CONTRATADA.
- 6.2.2. O atendimento da demanda só será considerado concluído após o aceite formal da equipe técnica da Emgea. Caso a Emgea não confirme a conclusão do atendimento, este permanecerá aberto. Nesse caso, a Emgea fornecerá informações sobre as pendências a serem resolvidas.
- 6.2.3. A severidade poderá ser reclassificada pela Emgea. Caso isso ocorra, haverá nova contagem de prazo, conforme a nova severidade, e seguirá os prazos dispostos na tabela acima.
- 6.2.4. É vedado à CONTRATADA interromper o atendimento de severidade “Alta” até que a solução esteja em pleno estado de funcionamento, mesmo que se estendam para períodos noturnos, sábados, domingos e feriados.
- 6.2.5. Caso não sejam observados os prazos para atendimento previstos, incidirão glosas, calculadas sobre o valor mensal do contrato, referente ao serviço de suporte técnico credenciado pelo fabricante, conforme o disposto na tabela abaixo:

Glosa	Descrição	Valor da Glosa	Período máximo de atraso para cálculo da glosa
1	Aplicada quando há atraso na solução do chamado com severidade “Alta”	3% (três por cento), por hora ou fração de hora de atraso, do valor mensal do Contrato, referente à prestação do serviço de suporte técnico credenciado	Até o limite de 8 (oito) horas de atraso, contadas a partir do prazo para solução definitiva do chamado
2	Aplicada quando há atraso na solução do chamado com severidade “Média”	2% (dois por cento), por hora ou fração de hora de atraso, do valor mensal do Contrato, referente à prestação do serviço de suporte técnico credenciado	Até o limite de 12 (doze) horas de atraso, contadas a partir do prazo para solução definitiva do chamado
3	Aplicada quando há atraso na solução do chamado com severidade “Baixa”	1% (um por cento), por dia ou fração de dia de atraso, do valor mensal do Contrato, referente à prestação do serviço de suporte técnico credenciado	Até o limite de 10 (dez) dias de atraso, contados a partir do prazo para solução definitiva do chamado

Tabela 3: Descrição dos valores e condições para aplicação das glosas contratuais.

- 6.2.6. Em caso de glosa a ser aplicada na fatura mensal, o Fiscal do Contrato deve:
- a) emitir parecer indicando os chamados que tiveram atraso no atendimento e relacionar os motivos para aplicação da glosa contratual; e
  - b) comunicar formalmente a CONTRATADA a aplicação da glosa contratual.
- 6.2.7. A aplicação de glosas não exime a CONTRATADA das demais sanções administrativas previstas neste contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA ORDEM DE SERVIÇO**

- 7.1. A CONTRADADA deve utilizar o modelo de Ordem de Serviço constante no anexo IV do Termo de Referência.
- 7.2. A CONTRATADA deve preencher a Ordem de Serviço para todas intervenções de manutenção e suporte técnico realizadas nos equipamentos e *softwares* de gerenciamento.

7.3. Para efeito de controle dos prazos de atendimento dos chamados considerar-se-á aberto o chamado e, portanto, válido, a partir do horário do acionamento.

7.4. O horário de fechamento do chamado será o horário do término lançado na Ordem de Serviço e atestado pelo responsável técnico da CONTRATADA e o responsável técnico da Emgea.

7.5. Considerar-se-á prestado o serviço quando a Ordem de Serviço estiver encerrada.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento dos serviços referentes ao Item 1 será realizado em parcela única, em até 8 (oito) dias úteis após ateste da Nota Fiscal, mediante entrega do certificado de garantia oficial do fabricante pela CONTRATADA.

8.2. O pagamento dos serviços referentes ao Item 1 será realizado em parcela única, em até 8 (oito) dias úteis após ateste da Nota Fiscal, mediante entrega do certificado de garantia oficial do fabricante pela CONTRATADA.

8.3. Para o Item 2, a CONTRATADA deverá discriminar nas notas fiscais/faturas todos os chamados que foram atendidos no período.

8.4. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na Nota Fiscal/Fatura, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.5. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data de sua reapresentação.

8.6. Nenhum pagamento será realizado pela Emgea sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, para comprovação de regularidade fiscal da CONTRATADA.

8.7. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, a Emgea deverá advertir, por escrito, a CONTRATADA para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

8.8. O prazo disposto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Emgea.

8.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato para efeito de pagamento excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na Emgea e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

8.10. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal a devida declaração, de acordo com a SRF nº 1.540, de 05 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial de 06, de janeiro de 2015, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

## **9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE**

9.1. Considerando que o pagamento do Item 1 será realizado em parcela única durante a vigência do contrato, não incidirão reajustes sobre esse item.

9.2. Os preços inicialmente contratados para o Item 2 são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do contrato.

9.3. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais referentes ao Item 2 poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da CONTRATADA, pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Emgea pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

10.1. A fiscalização do presente instrumento será exercida por representantes da Emgea, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e dar ciência à Administração.

10.2. A fiscalização de que trata o subitem 18.1 não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Emgea ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do futuro contrato, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

10.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, da alocação dos recursos necessários e dos softwares, equipamentos, peças e componentes entregues, em substituição a item defeituoso, em conformidade com o esperado e dentro do estabelecido neste contrato.

10.4. A Emgea reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, por meio de representante designado para esse fim, com fundamento na forma do artigo 40, inciso VII da Lei nº 13.303/2016, e no Normativo da Emgea, LG.NOR.008.05.

10.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste contrato, anexos e termos integrantes.

10.6. A apuração das entregas dos serviços não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

- a) Períodos de interrupção previamente acordados;
- b) Interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução das atividades (exemplo: suprimento de energia);
- c) Motivos de força maior.

10.7. Atestar a nota fiscal faturável, de acordo com a respectiva demanda, verificando os indicadores de glosa.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de empregados especialmente designados.

11.2. Fornecer à CONTRATADA relação com nome dos fiscais do contrato designados pela Emgea.

11.3. Fornecer à CONTRATADA relação com nome dos empregados da Superintendência de Tecnologia Sutech, credenciados a abrir chamados e acompanhar os serviços contratados.

- 11.4. Permitir acesso dos profissionais da CONTRATADA, quando necessário, desde que devidamente identificados, às dependências da Emgea, para executar atividades relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo vedada, salvo se por autorização expressa da Emgea, o trânsito em áreas estranhas às suas atividades.
- 11.5. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados por empregados e/ou prepostos da CONTRATADA, necessários à execução do objeto descrito neste contrato.
- 11.6. Efetuar o pagamento das faturas nos prazos e condições pactuados, quando estes estiverem de acordo com o exigido.
- 11.7. Impugnar o pagamento de valores relativos a eventuais divergências entre as faturas e os serviços prestados pela CONTRATADA.
- 11.8. Informar à CONTRATADA os atos que possam interferir direta ou indiretamente na execução dos serviços a serem prestados.
- 11.9. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do Contrato.
- 11.10. Aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 11.11. Aprovar ou reprovar as atualizações tecnológicas ou modificações de arquitetura propostas para a solução.
- 11.12. Manter pessoal técnico para prestar esclarecimentos sobre o ambiente tecnológico da Emgea, bem como esclarecimentos referentes aos serviços a serem executados pela CONTRATADA.
- 11.13. Não permitir que terceiros realizem os serviços especificados neste documento, durante a vigência do Contrato.
- 11.14. Exigir a substituição de qualquer profissional cujo comportamento ou capacidade sejam julgados impróprios ao desempenho dos serviços a serem executados, por meio de comunicação formal à CONTRATADA.
- 11.15. Efetuar vistoria nos serviços realizados e aplicar as penalidades previstas no Contrato, caso seja constatada a prática de serviços à margem do contrato.
- 11.16. Aplicar as sanções conforme previsto neste contrato e na legislação vigente.
- 11.17. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 11.18. Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- 11.19. A Emgea reconhece que, para a prestação dos serviços contratados ou serviços correlatos, deverá prover à CONTRATADA acesso às informações, ao ambiente computacional e às suas dependências.
- 11.20. A Emgea garante que:
- 11.20.1. Os dados pessoais compartilhados, transferidos ou de qualquer forma disponibilizados para acesso e utilização pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, foram coletados, transferidos e de qualquer forma tratados de acordo com as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis no Brasil.
- 11.20.2. É capaz de cumprir com os direitos dos titulares garantidos pela LGPD.
- 11.20.3. Cumpre com todos os princípios para tratamento de dados pessoais estabelecidos pela LGPD, o que significa que a Emgea apenas compartilha, transfere ou disponibiliza para acesso da CONTRATADA aos dados pessoais que são pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- 11.20.4. Comunicará a ANPD conforme os requisitos da LGPD em caso de incidente.
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 12.1. Indicar um representante responsável pelo Contrato, que realizará seu acompanhamento, atuando como interlocutor principal perante a Emgea.
- 12.2. Disponibilizar à Emgea, obrigatoriamente, canal de comunicação através de telefone gratuito 0800 ou telefone com ligação de custo local de Brasília-DF, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- 12.3. Fornecer à Emgea relação com nome do responsável técnico e da equipe encarregada pela prestação dos serviços contratados, relacionando o nome, endereço, telefones, fax e endereço eletrônico (e mail) pessoal corporativo e da empresa.
- 12.4. Comunicar ao fiscal de contrato da Emgea, por escrito, a existência de anormalidades, condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato.
- 12.5. Proceder a todos os levantamentos que se fizerem necessários para o planejamento das atividades a serem executadas.
- 12.6. Atender prontamente e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Emgea.
- 12.7. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos causarem à Emgea ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução dos serviços.
- 12.8. Ressarcir e/ou reparar qualquer dano causado os bens de propriedade da Emgea, desde que, comprovadamente, sejam decorrentes dos serviços executados pela CONTRATADA.
- 12.9. No caso de ressarcimento à Emgea, será indicada por esta uma conta bancária ou outro meio para que a CONTRATADA efetue o ressarcimento, quando for o caso.
- 12.10. Respeitar durante a execução dos serviços, todas as normas, políticas e legislação federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes.
- 12.11. Ser responsável pelos ônus decorrentes de todas as reclamações, ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam ser alegadas por terceiros contra a Emgea, decorrentes da prestação dos serviços objeto deste contrato.
- 12.12. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive daquelas com deslocamentos dos empregados da CONTRATADA, seja dentro ou fora do Distrito Federal.
- 12.13. Executar os serviços por intermédio de profissionais qualificados e certificados pelo fabricante, de acordo com o Item 16.2 do Termo de Referência.
- 12.14. Submeter à aprovação da Emgea as intervenções técnicas que possam alterar as configurações ou características da solução de firewall, bem como aprovação de laudos e relatórios técnicos, quando for o caso.
- 12.15. A paralisação da prestação dos serviços durante a fase da execução equivale ao descumprimento total das obrigações assumidas, ficando a CONTRATADA obrigada a finalizar as demandas pendentes e deixar os equipamentos e o software de gerenciamento em perfeito estado de funcionamento, podendo a Emgea aplicar as sanções previstas no Contrato e na legislação pertinente.
- 12.16. Executar os serviços de acordo com as políticas, normas e procedimentos de segurança existentes na Emgea, e manter a integridade do ambiente tecnológico da Emgea durante a vigência do Contrato.
- 12.17. Responsabilizar-se pelos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros necessários à execução dos serviços, devendo providenciar os meios adequados para execução dos serviços contratados.
- 12.18. Arcar com prejuízos causados à Emgea e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus funcionários na

execução dos serviços contratados.

12.19. Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados, objeto deste contrato, em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução.

12.20. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Emgea, devendo os técnicos apresentar-se identificados por crachá ou devidamente uniformizados.

12.21. Adotar as providências necessárias para que seus funcionários e/ou prepostos observem a Política de Segurança da Informação, o Código de Ética, Integridade (<https://www.Emgea.gov.br/Home/Page/9d925815-4516-43a0-af39-dd23adaf46db> procedimentos adotados pela Emgea. e Conduta ), as normas e procedimentos adotados pela Emgea.

12.22. Manter sigilo, garantir a integridade e a disponibilidade dos documentos e informações que, em decorrência do Contrato, estiverem sob a sua guarda, sob pena de responder por perdas e/ou danos causados à Emgea e a terceiros.

12.23. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deve cumprir os prazos estabelecidos para prestação dos serviços e demais avenças pactuadas no Contrato a ser assinado, conforme as responsabilidades legais vigentes.

12.24. Arcar com todos os encargos sociais trabalhistas, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do Contrato, bem como custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso exista.

12.25. Manter profissionais necessários para execução das atividades, com vista ao cumprimento dos prazos, níveis de serviço e em atendimento aos requisitos estabelecidos.

12.26. Substituir, sempre que exigido pelo Fiscal de Contrato da Emgea, o representante ou profissional cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Emgea ou ao interesse do serviço público. Neste caso, deverá a contratada providenciar novo profissional, com as mesmas qualificações, experiência e nível de conhecimento do profissional substituído, devidamente comprovadas.

12.27. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço.

12.28. Observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.

12.29. Cumprir todas as obrigações constantes neste contrato e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.30. Realizar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes neste contrato.

12.31. Prestar todos os esclarecimentos necessários à Emgea oriundos da execução dos serviços contratados e sujeitar-se às orientações do Fiscal do Contrato.

12.32. Relatar à Emgea, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, irregularidades ocorridas que impeçam, alterem ou retardem a execução dos serviços contratados, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas.

12.33. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

12.34. Atender aos requisitos de sustentabilidade sócio ambiental, previstos nas legislações vigentes.

12.35. É vedado à CONTRATADA utilizar o nome da Emgea, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.

12.36. É vedado à CONTRATADA reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços sem o consentimento prévio e por escrito da Emgea.

12.37. Executar os serviços em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

12.38. Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.

12.39. A contar da data do efetivo conhecimento e/ou recebimento da informação disponibilizada pela Emgea, a CONTRATADA obriga-se:

12.39.1. Por si, por seus colaboradores e quaisquer outros que venham a obter informações em função do contrato estabelecido, manter o sigilo absoluto das informações, não devendo, de qualquer forma, utilizá-las para fim diverso daquele pelo qual lhe foram disponibilizadas;

12.39.2. A instruir devidamente os seus colaboradores quanto às melhores práticas aplicáveis em segurança da informação, bem como treinamento quanto às condutas a serem adotadas para a manutenção do sigilo da informação;

12.39.3. A não transportar informações para fora da Emgea sem ser expressamente autorizado por esta, ou quando permitido por força de contrato;

12.39.4. A não reproduzir, sem anuência da Emgea, parte ou a totalidade da informação classificada, exceto quando autorizado formalmente ou quando for necessário para o desenvolvimento de suas atribuições na Emgea;

12.39.5. A devolver, assim que solicitado pela Emgea ou quando concluído o prazo do contrato firmado, qualquer documento que contenha informação classificada que esteja sob a sua tutela, inclusive notas pessoais envolvendo informação classificada pela empresa, registros e documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estado sob seu controle.

12.40. A CONTRATADA garante que:

12.40.1. Realiza tratamento dos dados pessoais nos limites e para as finalidades permitidas pelo contrato;

12.40.2. Notifica a Emgea, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito, sobre:

12.40.2.1. Quaisquer pedidos de um titular em relação aos seus dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a pedidos de acesso e/ou retificação, solicitações de exclusão, e outros pedidos semelhantes, sendo que a CONTRATADA não responderá a tais pedidos, a menos que expressamente autorizado pela Emgea.

12.40.2.2. Qualquer reclamação relacionada ao tratamento de dados pessoais, incluindo alegações de que o tratamento viola os direitos de titular.

12.40.2.3. Qualquer incidente relacionado aos dados pessoais tratados em decorrência do contrato.

12.40.2.4. Qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais em decorrência do contrato.

12.40.3. Cooperar com a Emgea com relação às ações tomadas a partir da notificação descrita no item 12.40.2, e atende, dentro dos limites técnicos razoáveis, às solicitações da Emgea com relação ao atendimento a referidas reivindicações, fornecendo as informações solicitadas no menor prazo possível.

12.40.4. Mantém os dados pessoais no mais absoluto sigilo e exige dos seus colaboradores que tratem os dados pessoais com observância dessas obrigações.

12.40.5. Limita o acesso aos dados pessoais ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessar referidas informações para fins de cumprir com suas obrigações junto à Emgea.

12.40.6. Compromete-se com a segurança dos dados, incluindo medidas técnicas e de governança, que tenham por objetivo proteger os dados pessoais contra incidentes, bem como garantir que essas medidas assegurem um nível de segurança condizente com os riscos apresentados pelo tratamento, a natureza dos dados pessoais e as tecnologias de segurança disponíveis e razoavelmente aplicadas no setor de atuação das partes.

12.40.7. Cooperar com a Emgea em caso de qualquer incidente, devendo:

12.40.7.1. Adotar todas as medidas necessárias a fim de mitigar qualquer incidente envolvendo os dados pessoais e minimizar possíveis efeitos negativos aos titulares.

12.40.7.2. Prover a Emgea com todas as informações necessárias à apuração do ocorrido.

12.40.7.3. Abster-se de realizar qualquer comunicação a ANPD, autoridades públicas brasileiras, aos titulares ou terceiros, sem a prévia e expressa concordância da Emgea, que deve controlar a redação final dessas comunicações e quem deve realizá-las, observadas as disposições da LGPD.

12.40.8. Compromete-se a cumprir com os requisitos da LGPD sempre que for realizar a transferência de dados pessoais para o exterior e/ou para qualquer terceiro.

12.41. Mediante solicitação da Emgea, se compromete a conceder acesso a documentos e registros necessários para fins de verificação das obrigações previstas no contrato.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

#### **13.1. Definições:**

13.1.1. Para efeito do contrato, são consideradas as seguintes definições:

13.1.2. “ANPD” - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD e demais leis de proteção de dados no Brasil;

13.1.3. “Controlador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais;

13.1.4. “Operador” - pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o Tratamento de Dados Pessoais em nome do Controlador;

13.1.5. “Titular” - pessoa física a quem se refere os Dados Pessoais que são objeto de tratamento;

13.1.6. “Dados Pessoais” - dados ou informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável, assim como dados pessoais sensíveis, conforme definidos na LGPD;

13.1.7. “Tratamento” - operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

13.1.8. “Incidente” - acesso não autorizado e situação acidental ou ilícita de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

#### **13.2. Tratamento de dados pessoais:**

13.2.1. As partes reconhecem que a CONTRATADA, na prestação de serviços do contrato, eventualmente pode realizar o tratamento de dados pessoais. Nessas atividades de tratamento, as partes reconhecem e acordam que a CONTRATANTE é o Controlador dos dados pessoais, enquanto a CONTRATADA é operadora dos dados pessoais.

13.2.2. A CONTRATADA trata os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções da CONTRATANTE, nos termos do contrato ou para cumprir com a legislação aplicável.

13.2.3. A CONTRATANTE garante que o tratamento dos dados pessoais pela CONTRATADA, uma vez que esteja em consonância com as suas instruções, não faz com que a CONTRATADA viole qualquer lei ou regulamento, especialmente a LGPD.

13.2.4. A CONTRATADA deve suspender imediatamente o tratamento dos dados pessoais e notificar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, se tomar conhecimento que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viole a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

13.2.5. A CONTRATADA trata os dados pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos do contrato.

#### **13.3. Responsabilidades:**

13.3.1. As partes concordam que o titular dos dados que sofra um dano decorrente do descumprimento das obrigações previstas no contrato pode ter o direito de receber uma indenização pelos danos sofridos.

13.3.2. A CONTRATADA será responsável perante a CONTRATANTE por quaisquer danos causados em decorrência de:

I- violação de suas obrigações no âmbito do contrato; ou

II- violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir a CONTRATANTE por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários advocatícios, custas processuais e/ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação.

13.4. Para fins do disposto nesta cláusula, caso a CONTRATANTE receba qualquer reivindicação que deva ser indenizada pela CONTRATADA, deve notificar a CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito.

13.5. Fica certo e ajustado que nenhuma cláusula de limitação de responsabilidade que tenha sido pactuada entre as partes pode ser invocada, no sentido de limitar o dever de indenização previsto no contrato.

13.6. Executar os serviços em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

13.7. Cada uma das partes concorda e garante que é individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações emitidas posteriormente pela ANPD.

#### **13.8. Diligência de conformidade:**

13.9. A CONTRATADA se compromete a fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar conformidade com o contrato.

13.10. A CONTRATADA permite que a CONTRATANTE realize diligências para verificar a conformidade com o contrato, mediante prévia notificação.

13.11. A CONTRATADA se compromete a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de diligência sejam tratados adequadamente.

#### **13.12. Prazo e rescisão:**

13.13. Após o término do contrato, a CONTRATANTE pode requerer cópia dos dados pessoais que estejam nos sistemas e em posse da CONTRATADA, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

13.14. Após esse período, caso a CONTRATANTE não se manifeste, a CONTRATADA realizará a eliminação, em definitivo de seu sistema, de qualquer registro dos dados pessoais (seja em formato digital ou físico), exceto na medida em que o seu armazenamento pela CONTRATADA seja exigido

pela legislação aplicável. Nos casos de dados pessoais arquivados em sistemas de backup que são mantidos de forma isolada e inalterável para garantia da segurança do sistema, a CONTRATADA excluirá os dados pessoais de acordo com as políticas de exclusão e gestão de backup.

13.15. Caso a CONTRATANTE requeira a cópia dos dados pessoais, no momento que a CONTRATADA concluir a disponibilização, a CONTRATANTE deve assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu de acordo com o contrato e que a CONTRATADA não possui qualquer obrigação adicional.

13.16. **Disposições gerais:**

13.17. As partes reconhecem que, na vigência e execução do contrato, existem determinadas responsabilidades da CONTRATADA que implicam no tratamento de dados pessoais, a fim de adequá-lo às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e da Política de Segurança de Informação.

13.18. O contrato constitui o meio apropriado para regular o tratamento de dados pessoais e substitui todos previamente celebrados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para esta finalidade, se houver.

13.19. Sem prejuízo do disposto, a CONTRATADA pode coletar, utilizar e compartilhar os dados pessoais objeto do contrato para propósitos legítimos como:

- I- fornecer, desenvolver, aperfeiçoar e manter os serviços prestados;
- II- investigar fraudes, atividades ilícitas, *spam*, uso ilegal dos serviços; e/ou
- III- conforme determinado por lei ou regulação aplicável.

13.20. Nesses casos, a CONTRATADA é responsável pelo tratamento dos dados pessoais e os trata em conformidade com a Política de Privacidade e a Política de Segurança de Informação da Emgea e com a legislação aplicável.

13.21. A violação de segredo da Emgea implicará a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, sendo o caso, o cancelamento do contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas.

13.22. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e a Emgea, e abrangem, além das informações de que a CONTRATADA venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

14.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Emgea, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços referentes à instalação, configuração, garantia de funcionamento, assistência técnica e suporte técnico aos produtos, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.

14.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, configurações, contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos de análise do ambiente de tecnologia, construção, implantação, instalação, configuração e execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Emgea a tais documentos.

14.3. A CONTRATADA deverá tratar todas as informações a que tenha acesso, em caráter de estrita confidencialidade, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, bem como utilizá-las para fins diferentes dos previstos na presente contratação.

14.4. Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

14.4.1. Término ou rompimento do Contrato;

14.4.2. Solicitação da Emgea.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

15.1. A inexecução total ou parcial dos serviços, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, com fundamento no artigo 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sujeitará a licitante vencedora, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, à aplicação das seguintes sanções:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Multa, de forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

15.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

15.1.4. Na aplicação das multas serão observados os percentuais definidos no item relacionado as penalidades deste termo de referência.

15.1.5. Caso a contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação total ou parcial do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato.

15.2. Nos casos mencionados no item acima a Emgea oficiará à contratada, comunicando-lhe a data-limite para a regularização da prestação dos serviços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

15.3. A aplicação das multas não impede que a Emgea rescinda unilateralmente o Contrato.

15.4. Aplica-se à contratada as sanções dispostas no artigo 6º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no caso de cometer as seguintes condutas:

15.4.1. Fraudar o Contrato;

15.4.2. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do Contrato, sem autorização em Lei; e;

15.4.3. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

15.5. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO**

16.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, observados o inciso VII, do artigo 69 e artigo 83, ambos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

16.2. A rescisão poderá ser amigável, reduzida a termo.

16.3. Constituem motivos para rescisão unilateral deste Contrato pela CONTRATANTE:

16.3.1. Descumprimento ou cumprimento irregular por parte da CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos.

16.3.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, podendo, por interesse da Administração, ser admitida a fusão, cisão ou incorporação, desde que não prejudique a execução dos serviços.

16.3.3. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim

como as de seus superiores hierárquicos.

- 16.3.4. Atraso injustificado no início dos serviços.
- 16.3.5. Cometimento reiterado das faltas na execução deste Contrato.
- 16.3.6. Ocorrência do caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução deste Contrato.
- 16.3.7. Alteração social ou modificação da finalidade da CONTRATADA, de forma a prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas.
- 16.3.8. Decretação de falência ou deferimento de concordata da CONTRATADA.
- 16.3.9. Dissolução da sociedade.
- 16.3.10. Excetuando-se o caso previsto no subitem 10.3.6, a rescisão deste Contrato acarretará à CONTRATADA, além das penalidades cabíveis, as seguintes consequências:
- 16.3.11. Responsabilidade civil por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE; e
- 16.3.12. Retenção dos créditos existentes até a apuração e o ressarcimento dos seus débitos para com a CONTRATANTE.
- 16.4. Não existindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, a CONTRATANTE oficializará à CONTRATADA para proceder ao recolhimento nos cofres da CONTRATANTE, em Banco, conta corrente e agência informados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 dias úteis da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual ou da diferença entre estes e os créditos retidos.
- 16.5. Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no parágrafo anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pela CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
- 16.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 16.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÕES**

- 17.1. É vedado à CONTRATADA:
- 17.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 17.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

- 18.1. Este Contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, desde que seja acordado entre as partes, com a apresentação das devidas justificativas, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.
- 18.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em comum acordo entre as partes.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:
- 19.1.1. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 19.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;
- 19.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- 19.1.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

#### **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 20.1. É vedada a subcontratação para todos os serviços previstos neste Contrato.

#### **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

- 21.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

#### **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO**

- 22.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme dispõe o §2º, do artigo 51, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO**

- 23.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

*Brasília, na data de sua assinatura eletrônica.*

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

## ANEXO I DO CONTRATO

## MATRIZ DE RISCO

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Prestação de serviços por colaborador com desvios éticos	Risco de compras e contratações	§ Fraude em compras e contratações. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	§ Treinamento, workshop e orientações sobre ética. § Regulamento, normas e procedimentos internos. § Legislação vigente. § Instrumentos contratuais. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	§ Médio	§ Médio
Suspensão ou cancelamento de procedimentos licitatórios	Risco de compras e contratações	§ Necessidade de novo processo licitatório. § Não prestação dos serviços que seriam contratados. § Solução tecnológica em produção sem amparo dos serviços de garantia e suporte técnica.	§ Equipe da Licitação. § Análise do procedimento licitatório pelas unidades envolvidas da Emgea.	§ Médio	§ Médio
Inobservância de normas externas	Risco de conformidade	§ Utilização de solução tecnológica em desconformidade com normas externas. § Penalidades e sanções administrativas.	§ Monitoramento do ambiente regulatório. § Aplicação das recomendações observadas em normas externas.	§ Médio	§ Médio
Inobservância de normas internas	Risco de conformidade	§ Configurações na solução tecnológica em desconformidade com as normas internas.	§ Atualização de políticas e normas internas. § Monitoramento do ambiente regulatório	§ Médio	§ Médio
Não adoção de providências para implantar medidas necessárias ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares	Risco de conformidade	§ Penalidades e sanções administrativas. § Penalidades e sanções legais.	§ Observação e aplicação das recomendações do fabricante. § Monitoramento do ambiente regulatório.	§ Baixo	§ Baixo
Descontinuidade de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Interrupção na prestação dos serviços. § Realização de um novo procedimento licitatório.	§ Instrumentos contratuais § Fiscais de contratos	§ Baixo	§ Médio
Falha na prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Perda de registros que comprovam a integridade de transações (negociação, pagamento, dentre outros) § Fraude nas operações internas § Interrupção temporária de prestação de serviços § Indisponibilidade parcial ou total da solução tecnológica.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	§ Baixo	§ Médio
Interrupção temporária de prestação de serviços	Risco de terceiro	§ Indisponibilidade parcial ou total da solução tecnológica. § Indisponibilidade das atividades internas que dependem da certificação.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	§ Baixo	§ Baixo
Prestação de serviço em desacordo com o contratado	Risco de terceiro	§ Falha na prestação dos serviços. § Risco a integridade das atividades internas.	§ Instrumentos contratuais. § Fiscais de contratos.	§ Baixo	§ Baixo
Furto/roubo de bens ou valores	Risco de integridade	§ Furto/roubo ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores.	§ Instrumentos contratuais. § Supervisão da Emgea sobre os técnicos da Contratada. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	§ Médio	§ Médio
Uso indevido da informação	Risco de integridade	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento.	§ Instrumentos contratuais. § Trilhas de auditoria nos sistemas e/ou serviços de TI. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	§ Baixo	§ Médio
Apropriação indébita	Risco de integridade	§ Apropriação de equipamentos ou bens de propriedade da Emgea ou de seus colaboradores.	§ Instrumentos contratuais. § Supervisão da Emgea sobre os técnicos da Contratada. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	§ Baixo	§ Médio

EVENTO DE RISCO	RISCO	CONSEQUÊNCIA	CONTROLE	PROBABILIDADE	IMPACTO
Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas	Risco de segurança da informação	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Constrangimento.	§ Instrumentos contratuais. § Trilhas de auditoria nos sistemas e/ou serviços de TI. § Termos de Sigilo e Responsabilidade.	§ Médio	§ Alto
Falha de tratamento de dados pessoais pelo prestador de serviços	Risco de terceiro	§ Risco de imagem à Emgea, seus colaboradores e/ou terceiros. § Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas. § Roubo, perda ou alteração de dados pessoais.	§ Instrumentos contratuais com cláusulas relativas à LGPD. § Fiscais de contratos.	§ Médio	§ Alto



Documento assinado eletronicamente por **Martys Antonio Alves Das Chagas, Diretor**, em 21/05/2026, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://emgea.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://emgea.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0183961** e o código CRC **E745089A**.